

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

EDILSON BERNARDO DA SILVA

**POLUIÇÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: UM
ESTUDO SOBRE A INTERCEMENT BRASIL S.A.**

JOÃO PESSOA

2017

EDILSON BERNARDO DA SILVA

**POLUIÇÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE
A INTERCEMENT BRASIL S.A.**

Monografia apresentada no Curso Superior de
Tecnólogo em Gestão Pública da Universidade
Federal da Paraíba, em cumprimento aos
requisitos necessários para a obtenção parcial
do grau de graduado.

Área de concentração: Responsabilidade
Social Empresarial e Ambiental

Orientadora: Profa. Dra. Joseneide Souza
Pessoa.

JOÃO PESSOA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D111p da Silva, Edilson Bernardo.

POLUIÇÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL
EMPRESÁRIAL: UM ESTUDO SOBRE A INTERCEMENT BRASIL S. A /
Edilson Bernardo da Silva. – João Pessoa, 2017.
102f.: il.

Orientador(a): Profª Dr.ª Joseneide Souza Pessoa.

Trabalho de Conclusão de Curso (Gestão Pública) – UFPB/CCSA.

1. Responsabilidade Social Empresarial e Ambiental. 2. Filantropia. 3.
poluição do Ar. 4. Doenças Respiratórias . 5. Fábrica de Cimento. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:35(043.2)

Gerada pelo Catalogar - Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do
CCSA/UFPB, com os dados fornecidos pelo autor(a)

EDILSON BERNARDO DA SILVA

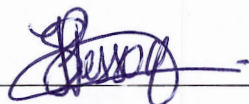
**POLUIÇÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE
A INTERCEMENT BRASIL S.A.**

Monografia apresentada no Curso Superior de Tecnólogo em Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento aos requisitos necessários para a obtenção parcial do grau de graduado.

Área de concentração: Responsabilidade Social Empresarial e Ambiental
Orientadora: Profa. Dra. Joseneide Souza Pessoa

APROVADA EM: B / Novembro / 2017

BANCA EXAMINADORA:

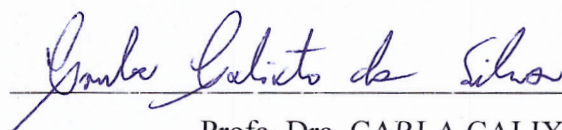


Profa. Dra. JOSENEIDE SOUZA PESSOA

Professora Orientadora (UFPB)

Prof. Dr. VANDERSON GONÇALVES CARNEIRO

Professor Examinador (UFPB)



Profa. Dra. CARLA CALIXTO DA SILVA

Professora Examinadora (UFPB)

Ao Senhor Deus, o Grande Arquiteto do Universo,
Dedico.

AGRADECIMENTOS

Aos meus Pais Elias e Luzia, luz na minha vida, e razão da minha existência.

A Minha Esposa Adailza Bernardo pela paciência e tolerância nos momentos de inquietação e renúncia;

Aos meus filhos: Karol, Kelvin, Klinton e Kaline, Estudantes da UFPB, herdeiros naturais do legado da família Bernardo;

As minhas queridas e amadas Irmãs: Eliane, gêmea comigo, Joelma, Jaqueline e Janaina, pessoas muito importantes na minha vida;

Aos meus diletos Professores do Curso de Tecnólogo em Gestão Pública, com os quais aprendi muito e aperfeiçoei meus conhecimentos acadêmicos. Em especial a Douta Professora Joseneide Souza Pessoa, minha dileta orientadora, sem a qual não seria possível a obtenção deste resultado positivo.

Aos meus diletos colegas de curso: Tallyta, Helder, Vaneide, Thiago Felipe e José Thiago, Jailson, Lirian, Hélio, Daniel, Thallysson, Cida, Joyciara, Adriano, thallysson, Almir, Ana Suellen, André, Bruno, Camila, Daiane, Darcildo, Dayse, Diego, Eglantina, Flaviana, Israel, Juliane, Kaio, Marta, Mayara, Michelle, Palloma, Raiza, Renata, Roberta, Vaneska.

RESUMO

A poluição atmosférica produzida por indústrias cimenteiras tem causado muitos problemas ao meio ambiente e a saúde das pessoas. Este trabalho objetivou analisar os projetos de Responsabilidade Social Empresarial, junto ao Bairro da Ilha do Bispo, localizado no Município de João Pessoa-PB, como resposta à prevenção da poluição do ar provocada pelos poluentes da Indústria InterCement. A metodologia quanto aos meios, foi uma combinação de pesquisa de campo, documental e bibliográfica. A pesquisa de campo se referiu ao espaço geográfico estudado. O tipo documental foi verificado o arcabouço jurídico pertinentes aos poluentes do ar. Na pesquisa bibliográfica buscaram-se estudos dos principais autores sobre o tema em sites de órgãos públicos, empresas privadas, ONGs, e livros das bibliotecas da UFPB. O instrumento foi questionário, enviados para a InterCement Brasil, Distrito Sanitário IV - USF da Ilha do Bispo, Centro de Referência em Educação Infantil, Centro de Referência da Assistência Social, Associação Recreativa Social e Artística - ONG ARCA e Associação Índio Piragibe. Os resultados demonstraram que as pessoas residentes próximas da Fábrica InterCement, são acometidas por doenças cardiorrespiratórias provocadas por poluição do ar. Comprovou-se que o Instituto InterCement Brasil firmou parcerias com instituições governamentais e organismos não governamentais, com viés voltados para a filantropia e investimento social privado. Desta forma, se faz necessário a adoção de programas permanentes de Responsabilidade Social Empresarial e Ambiental, voltados principalmente, para a saúde das pessoas que vivem nas proximidades das fábricas de cimentos InterCement Brasil, devendo haver o envolvimento de todos.

Palavras Chaves: 1. Responsabilidade Social Empresarial e Ambiental. 2. Filantropia. 3. Poluição do ar. 4. Doenças respiratórias. 5. Fábrica de Cimento.

ABSTRACT

The atmospheric pollution produced by cement industries has caused many problems to the environment and the health of people. This work aimed at analysing the Corporate Social Responsibility projects, along with the Ilha do Bispo neighbourhood, located in the João Pessoa-PB County, as an answer to the prevention of air pollution caused by the pollutants from the InterCement Industry. The methodology, as of the means used, was a combination of field, documental and bibliographic research. The field research referred to the geographic space that was studied. The documental type was given by verifying the relevant legal framework on air pollutants. On the bibliographic research, studies of the main authors on the theme were searched on public agencies, private companies and ONGs websites and on books from UFPB's libraries. The instruments used were questionnaires, sent to: InterCement Brasil; Sanitary District IV - Ilha do Bispo USF; Children Education Reference Center; Social Assistance Reference Center; Recreative Social and Artistic Association - ARCA ONG and Índio Piragibe Association. The results showed that the people that reside next to the InterCement factory are affected with cardiorespiratory diseases caused by the air pollution. It was proved that the InterCement Brasil Institute has signed partnerships with governmental institutes and non-governmental organizations, with the bias facing philanthropy and private social investment. Thus, it's made necessary the adoption of permanent Social, Corporate and Environmental Responsibility programs, faced mainly to the health of the people that live in the vicinity of the InterCement Brasil cement factories, with the involvement of all.

Keywords: 1. Social, Corporative and Ambiental Responsibility. 2. Philanthropy. 3. Air pollution. 4. Respiratory diseases. 5. Cement factory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTAS DE QUADRO

Quadro 1 - Mudanças do Clima: Linha do Tempo ECO/92.....	26
Quadro 2 - Grupos de causas de mortalidade e internações hospitalares incluídos nas projeções – São Paulo, 2011.....	41
Quadro 3 - Síntese das Respostas da USF da Ilha do Bispo	53
Quadro 4 - Respostas ao questionário realizado pela InterCement Brasil	54
Quadro 5 - Desenvolvimento comunitário - Projetos Encerrados durante o ano de 2016	59
Quadro 6 - Desenvolvimento comunitário - Projetos com continuidade em 2017	60
Quadro 7 - Resultado de pesquisa aplicada as organizações parceiras da InterCement na RSE.....	62
Quadro 8 - Variáveis de concordância das organizações analisadas.	64

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Resultados de pesquisa nas instituições parceiras da InterCement Brasil	63
---	----

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução dos conceitos de RSE e sustentabilidade	33
Figuras 2 e 3 -Trânsito na China	40
Figura 4 - Unidades operacionais da atividade de cimento da InterCement Mundial.....	44
Figura 5 - Fábrica de cimento da InterCement no Brasil	45
Figura 6 - Foto da Fábrica InterCement Brasil – João Pessoa-PB	46
Figura 7 - Ciclo do Coprocessamento da InterCement Brasil.....	48
Figura 8 - Emissões de CO ² e em atividades industriais por ramo industrial	49
Figura 9 - Instituto InterCement no Brasil	51
Figura 10- Foto da Sede da Associação Índio Piragibe da Ilha do Bispo	57
Figura 11- Foto: ONG ARCA – Ilha do Bispo	57
Figura 12- Foto: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS	58
Figura 13- Foto: Centro de Referência em Educação Infantil – CREI.....	58
Figura 15- Foto: USF da Ilha do Bispo	59

LISTAS DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADCE	Associação dos Dirigentes Cristãos de empresa do Brasil
AGAPAN	Associação Gaúcha de proteção ao meio ambiente natural
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
ARCA	Associação Recreativa, Cultural e Artística
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
CEPAR	Credenciamento do Conselho de Prioridades Econômicas
CETESB	Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo
CFC	Cloro-flúor-carbono
CNNDA	Campanha pela defesa e desenvolvimento da Amazônia
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COPAM	Conselho de Proteção Ambiental
CSMA	Conselho Superior do Meio Ambiente
DDT	Diclorodifeniltricoloretano
EU	União Européia
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FEM	Fórum Econômico Mundial
FIDES	Fundação Instituto de desenvolvimento Empresarial e Social
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GIFE	Grupo de Instituições, Fundações e Empresas
HEMOBRÁS	Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OCDE	Organização para cooperação e desenvolvimento econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PLACEA	Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental -
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente,
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
PRONAR	Programa Nacional de controle da qualidade do Ar

REBECA	Rede Brasileira de Educomunicação Ambiental
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SBAC	Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SEMAN	Secretaria do Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente -
SUDEMA	Superintendência do Meio Ambiente
SUS	Sistema Único de Saúde
WHO	World Health Organization
WWF	World Wildlife Fund
UPAN	União Protetora do Ambiente Natural
UNAIDS	Programa das Nações Unidas para HIV/AIDS;
UNFPA	Fundo das Nações Unidas para a População
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a
UNRWA	Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos ,
UNODC	Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime
UNFCCC	Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	OBJETIVOS	16
1.1.1	Geral	16
1.1.2	Específico	16
1.2	JUSTIFICATIVA.....	17
1.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	19
2.	MEIO AMBIENTE, RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E SAÚDE PÚBLICA	23
2.1	A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO CONTEXTOMUNDIAL	23
2.2	A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO CONTEXTO BRASILEIRO E O ARCABOUÇO LEGAL.....	27
3.	A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: CONCEITOS E CONTEXTOS	32
3.1	CONCEITOS DE RSE.....	32
3.2	CONTEXTOS HISTÓRICOS DE DESENVOLVIMENTO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL.....	35
3.3	AS IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS E DE SAÚDE PÚBLICA PARA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL.....	39
4.	INTERCEMENT: NO MUNDO, BRASIL E PARAÍBA.....	44
4.1	INTERCEMENT NO MUNDO	44
4.2	INTERCEMENT:NO BRASIL	45
4.3	INTERCEMENT NA PARAÍBA	46
4.4	INTERCEMENT: AÇÕES POLUENTES AMBIENTAIS.....	48
4.5	RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: O DISCURSO OFICIAL DO INSTITUTO INTERCEMENT PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO-IIDC	50
5.	RESULTADOS E ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL DA INTERCEMENT.....	52
5.1	DIAGNÓSTICO DE SAÚDEDA POPULAÇÃO DA ILHA DO BISPORELACIONADAS À POLUIÇÃO DO AR	52
5.2	INTERCEMENT: INDICADORES SOCIAL, AMBIENTAL E ECONÔMICA DA RSE	53

5.3	PROJETOS E AÇÕES SOCIAIS: PARCERIAS DA INTERCEMENT COM AS ORGANIZAÇÕES NA ILHA DO BISPO EM JOÃO PESSOA-PB	56
6.	CONCLUSÕES	66
	REFERÊNCIAS	71
	APÊNDICES	75
	ANEXOS	92

1. INTRODUÇÃO

O Povo brasileiro há muito convive com os aspectos sociais negativos, tais como: a desigualdade social, a pobreza, a fome, o desemprego, a exclusão social, o analfabetismo, a corrupção, o desrespeito ao meio ambiente e a poluição desenfreada.

No contexto da industrialização as metas expansionistas do setor produtivo, com maior ênfase para as fábricas e indústrias, produziram produtos químicos cuja extração e fabricação, liberam no meio ambiente elemento altamente poluidor, afetando também, a saúde da população de modo geral, tendo tal situação no Brasil se tornado precária.

Na indústria química, em especial, nas fábricas de cimento, o processo produtivo polui em todas as suas fases, causando problemas ambientais e de saúde pública irreversíveis, principalmente nas comunidades que vivem nas proximidades de indústrias cimenteiras, expostas aos agentes patológicos que afetam diretamente à saúde das pessoas, aumentando sobremaneira o risco de infecções respiratórias agudas.

Segundo Moraes (2010, p.14): “A população que se encontra inserida em áreas onde há qualquer complexo industrial instalado está sujeita à exposição aos diversos poluentes produzidos, aumentando o risco de doenças relacionadas aos mesmos”.

A sociedade tem paulatinamente reagido quando se refere à poluição ambiental, por meio de movimentos sociais desenvolvidos por diversos setores e entidades da sociedade civil organizada, através de ações governamentais e organismos internacionais e brasileiros, que militam em prol do meio ambiente sustentável, visando uma melhor integração entre o indivíduo e o meio ambiente.

Com efeito, o mega setor produtivo brasileiro, tem tentado acompanhar a evolução e a temática da cultura socioambiental saudável, aliado ao desenvolvimento necessário para o aumento da produtividade e a sustentabilidade ambiental e de saúde.

As ações de responsabilidade social empresarial e ambiental surgem da necessidade das empresas em devolver à sociedade, uma parte de seus lucros, com vistas a promover ações, projetos e programas que incluam a sociedade, de forma ética, responsável e em consonância com as legislações existentes.

Devem incluir, também, um programa permanente destinado a reduzir a emissões de poluentes de forma sistemática e socorrer as populações que residem nas proximidades destas fábricas e indústrias poluidoras, como é o caso das cimenteiras no Brasil.

A poluição é um tema que interessa a todos, principalmente aos órgãos do primeiro setor, como os Governos em todas as suas esferas: Nacional, Estadual e Municipal, aliado às

Câmaras Legislativas, buscando provê leis que direcionam os conceitos de responsabilidade social empresarial e ambiental, para sua prática efetiva e eficaz, visando minimizar os efeitos maléficos provocados pela produção desenfreada de produtos químicos.

Os legisladores têm oferecido um arcabouço de leis importantes, que visam disciplinar a conduta da sociedade nas questões ambientais, de responsabilidade social empresarial e no controle e combate às mais variadas formas de poluição ambiental, para que possibilite o entendimento, de que, a natureza deve ser respeitada e mantida por todos.

Ao mesmo tempo, os governantes têm desenvolvido mecanismos de fiscalização e controle, através de órgãos estatais que tem como missão, combater tanto as ações do cidadão poluidor, como do cidadão pagador, principalmente das empresas e indústrias que atuam no setor produtivo e depositam no meio ambiente seus dejetos que tanto mal faz a meio ambiente.

Nas esferas institucionais governamentais foram criados arcabouços legais que dispõem sobre o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, e cria o Conselho Superior do Meio Ambiente – CSMA, o qual institui o cadastro de Defesa Ambiental, a nível Federal.

No Estado da Paraíba, foi criado o Conselho de Proteção Ambiental – COPAM e o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica na Paraíba - CE-RBMA/PB, ambos vinculados a Secretaria de Infraestrutura, Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e da Tecnologia. Ainda no Estado da Paraíba foi criada a Superintendência do Meio Ambiente – SUDEMA, órgão de controle e fiscalização de poluição ambiental.

No Município de João Pessoa, a Secretaria de Meio Ambiente - SEMAN, é um órgão de execução programática do Sistema Municipal de Meio Ambiente – SISMUMA e tem a seu encargo, a implementação das políticas públicas do Município para o meio ambiente. Ainda no Município de João Pessoa existe o Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM, que tem a seu encargo, formular, em sintonia com as normas, as orientações do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, as diretrizes superiores para a política municipal do meio ambiente a ser definida pela administração municipal para atuar na fiscalização e no controle da poluição do meio ambiente no município.

Estes mecanismos de controle e fiscalização, são reforçados pelo Plano Nacional de Qualidade do AR – PNQA e pelo Programa Nacional de Controle da Qualidade do AR – PRONAR, cujos instrumentos são de relevantes importâncias para pautar a temática da poluição do ar, em específico as produzidas por fábrica de cimento, em particular a InterCement, localizada no Bairro da Ilha do Bispo, cidade de João Pessoa-PB.

Esses órgãos atuam de maneira sistêmica nas suas atribuições, fazendo com que os infratores que poluem o meio ambiente sejam fiscalizados e muitas das vezes multados, por não cumprir as leis vigentes de proteção e preservação ambiental.

Como respostas aos problemas provocados ao meio ambiente e a saúde das pessoas, as empresas têm apresentado projetos e programas de responsabilidade social e mecanismos de sustentabilidade, visando contribuir para minimizar as seqüelas e mazelas advindas das suas formas de tratamento e manuseio de poluentes ocasionados pelas produções industriais e materiais. Porém, não deve se confundir com o princípio da filantropia, posto que, é a sociedade que está sendo afetada e não um grupo específico de pessoas. Não se pode confundir também, com clientelismo, que se refere à relação de troca de favores entre os detentores do poder político e econômico em detrimento dos reais problemas que afetam a população de um modo geral.

A partir desta questão perguntou-se: Quais as respostas oferecidas pela Indústria InterCement Brasil, por meio de Projetos de Responsabilidade Social Empresarial, junto as implicações da poluição do ar, na saúde dos moradores da Ilha do Bispo em João Pessoa/PB?

Por ser uma área de interesse público, o Gestor Público pode atuar com pesquisas e práticas junto às iniciativas privadas que tem como finalidade o bem público ou bem comum.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Geral

Este estudo analisou as ações/projetos de Responsabilidade Social Empresarial e Ambiental junto ao Bairro da Ilha do Bispo, localizado no Município de João Pessoa-PB, como resposta à prevenção/combate da poluição do ar provocada pelos resíduos/poluentes da Indústria InterCement Brasil.

1.1.2 Específicos

- Levantou, conforme os dados existentes, quantas pessoas foram afetadas por problemas de saúde, quais os sintomas, os agentes patológicos e quais as doenças ocasionadas pela poluição do ar, no período de 2015 a 2016, no Bairro da Ilha do Bispo;

- Identificou a existência de projetos de responsabilidade social empresarial e ambiental, implementados em favor da população do Bairro da Ilha do Bispo, em João Pessoa e as parcerias realizadas entre os atores públicos, privados e não governamentais.

1.2 JUSTIFICATIVA

A poluição do ar vem sendo cada vez mais enfatizada por diversos organismos nacionais e internacionais que estudam o fenômeno. Um novo modelo de qualidade do ar da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2016), confirma que 92% da população mundial vivem em locais onde os níveis de qualidade do ar, excedem os limites mínimos aceitáveis, que deve está exposta a população.

Segundo o Instituto de Energia e Meio Ambiente - (IEMA, 2012), que é uma organização da sociedade civil de interesse público – OSCIP, diz o seguinte:

Com o crescimento econômico, a emissão antrópica de gases e partículas tende a intensificar-se progressivamente, levando ao aumento de sua concentração na atmosfera. Alguns desses gases e partículas têm efeitos comprovados na saúde humana e no meio ambiente, razão pela qual são considerados ‘poluentes atmosféricos’. Dentre estes, destacam-se o monóxido de carbono (CO), o ozônio troposférico (O₃)¹, o material particulado (MP)², o dióxido de nitrogênio (NO₂) e o dióxido de enxofre (SO₂). (IEMA, 2012)

A Lei nº 6.938/1981, que Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, define poluição da seguinte forma:

Art. 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I [...]

III – poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

- a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) afetem desfavoravelmente a biota;
- d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
- e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

Segundo a OMS (2016), aproximadamente três milhões de mortes por ano, estão relacionadas à exposição à poluição do ar em ambientes externos, e quase 90% das mortes que estão relacionadas à poluição do ar, ocorrem em países de baixa e média renda. O Estudo informa ainda, que 94% das mortes acontecem em decorrência de doenças não transmissíveis,

particularmente doenças cardiovasculares, acidentes vasculares cerebrais, doenças pulmonares obstrutivas crônicas e cânceres de pulmão.

A poluição do ar, também aumenta o risco de infecções respiratórias agudas. Em setembro de 2015, líderes mundiais definiram um objetivo, dentro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), para reduzir o número de mortes e doenças derivadas da poluição do ar até 2030. Em maio de 2016, a Organização Mundial de Saúde, aprovou um novo roteiro para uma ação rápida em relação à poluição do ar e suas causas, onde conclama os setores de saúde para aumentar o monitoramento local de poluição do ar, avaliar os impactos na saúde e assumir um papel de liderança nas políticas nacionais que afetam a atmosfera e polui o ar.

Conforme o Instituto de Energia e Meio Ambiente, (IEMA, 2014. Pag. 3), “A poluição do ar, especialmente nas grandes cidades, tem sido associada ao agravamento de doenças respiratórias, cardiovasculares e neurológicas”.

Outros problemas podem ser desencadeados em curto prazo (pela poluição do ar), entre eles, a irritação das mucosas, na garganta, bronquite, asma, dentre outros, onde causam desconfortos em pessoas submetidas à alta concentração de poluentes, principalmente em crianças. Sendo assim, é importante frisar a necessidade de debates sobre estas fontes poluentes do ar, notadamente as referentes à poluição ocasionada por cimenteiras, como é o caso das pessoas que residem próximas da fábrica de cimento InterCement S.A, no bairro da Ilha do Bispo em João Pessoa-PB, foco empírico deste estudo.

Verificou-se que a cultura organizacional das empresas vem mudando nos últimos anos no Brasil, com a implementação de programas e projetos de responsabilidade social empresarial (RSE), que cada vez mais, passam a focar suas atividades voltadas para a sustentabilidade ambiental, como também, a observância de mecanismos que visem incluir as populações locais, em programas e projetos sociais que visam minimizar os impactos causados por agentes poluentes.

A responsabilidade social empresarial, não deve ser confundida com ações filantrópicas praticadas pela empresa, deve ir mais além. A empresa deve buscar desenvolver programas que alinham os aspectos: éticos, sociais e ambientais, junto aos públicos internos e externos, cujas ações devem estar em consonância com o desenvolvimento da sociedade e do meio ambiente, mediante o cumprimento das leis que regem a política nacional do meio ambiente.

Nesta vertente, as questões ambientais, aliada às ações de responsabilidade social empresarial devem caminhar juntas, com o fito de amenizar as graves distorções provocadas

pelas indústrias, principalmente, as cimenteiras, no que se refere à efetiva produção de poluentes, tendo estes, participações consideráveis na afetação de doenças que assolam as populações que vivem nas proximidades de fábricas e indústrias.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi desenvolvido no campo das ciências sociais, pois objetivou estudar os fatos que relacionam ao comportamento institucional e sua interação com os indivíduos e meio ambiente. Para detalhamento da coleta de campo, ver apêndice “D”.

Quanto à classificação desta pesquisa utilizou-se a divisão de Gil (2008), sobre os aspectos da tipologia da pesquisa em relação aos objetos e meios. De acordo com os objetivos, a tipologia foi do tipo descritivo, pois identificou, verificou e interpretou os fatos sem realizar interferência ou quaisquer manipulações.

A tipologia quanto aos meios, foi uma combinação de procedimentos de pesquisa de campo, documental e bibliográfica. A pesquisa de campo se refere ao objeto estudado, (analisar as ações/projetos de Responsabilidade Social Empresarial junto ao bairro da Ilha do Bispo, localizado no Município de João pessoa-PB, em relação à prevenção/combate da poluição do ar provocada pelos resíduos/poluentes da Indústria InterCement. Inicialmente buscando visitar o espaço geográfico estudado, ou seja, o Bairro da Ilha do Bispo, onde foi possível identificar os atores que atuam na problemática da poluição local e ações de projetos de responsabilidade social ambiental empresarial por eles desenvolvidos.

Com relação ao tipo documental, foi verificado o arcabouço jurídico a nível Nacional, Estadual e Municipal, pertinentes ao controle e fiscalização de agentes poluentes do ar, visando buscar subsídio para fundamentar o assunto investigado. Concernente a pesquisa bibliográfica, buscou-se os estudos dos principais autores sobre o tema responsabilidade sociais empresarial, com viés sobre: poluição, meio ambiente e saúde pública, todos voltados às empresas que atuam no setor industrial, notadamente as cimenteiras. Para tanto, buscou-se acesso na internet a vários sítios de informações, sites de órgãos públicos, estatais, empresas privadas, organizações não governamentais, organizações sociais, dentre outras, que tratam do assunto estudado. Em outra vertente, foram visitadas as bibliotecas da UFPB, sendo analisados trabalhos científicos, monografias, trabalhos de conclusão de curso, artigos, resultados de seminários e conferências, livros, literaturas e periódicos que tratam do tema, tanto de forma física como digital. A dificuldade residiu no sentido de que existem poucos estudos na área da responsabilidade social empresarial.

Quanto ao instrumento de pesquisa, foram elaborados três tipos de questionários, (A, B e C). Sendo aplicados respectivamente, na indústria Intercement Brasil, na Unidade de Saúde da Família – USF, e nas organizações governamentais e não governamentais que atuam no espaço amostral em estudo de forma sistemática, a saber:

O questionário “A”, foi aplicado na Empresa InterCement, apêndice “A”, sendo composto de perguntas de múltiplas escolhas e organizadas de forma sequencial e objetiva, tendo como base a sistemática desenvolvida pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar- ABRAPP, com algumas adequações realizadas por este autor, aplicando-se as dimensões: econômica, social, ambiental e de governança, com relação aos projetos e programas de responsabilidade social empresarial, realizadas pela InterCement, em parcerias com atores governamentais e não governamentais que atuam em favor da população do Bairro da Ilha do Bispo, em João Pessoa, com vistas ao meio ambiente e a saúde da população que residem no local.

Para avaliação utilizamos os indicadores ETHOS de Responsabilidade Social, observando as dimensões: Governança e Gestão, Social e Ambiental, através de reportes binários (sim/ não), que contém elementos de validação das dimensões de RSE, contribuindo para a compreensão, de quais ações podem ser destinadas aos projetos/programas executados. Comparou-se também, os níveis de GRI (*Global Reporting Initiative*), modelo de Relatório de Sustentabilidade Econômica, Social e Ambiental, utilizado como referência mundial, que garante transparência na divulgação das informações comparativas, buscando integrar as diretrizes de sustentabilidade, protocolos técnicos, suplementos setoriais e documentos de orientação.

O Questionário “B” foi aplicado na Unidade de Saúde da Família - USF, localizado no Bairro da Ilha do Bispo com vistas a levantar quantas pessoas foram afetadas por doenças provocadas por poluição do ar, quais os sintomas, os agentes patológicos e quais as doenças no período de 2015 a 2016, sendo elaboradas 12 (doze) perguntas, de forma objetiva, organizadas de forma simples, e de fácil entendimento, ocasião em que foi necessária a emissão do Ofício nº 013/2017, anexo “B”, endereçado ao Secretário de Saúde do Município de João Pessoa, solicitando autorização para aplicação do referido instrumento, tendo o pleito tendo sido atendido e encaminhado a autorização para o distrito sanitário IV e em seguida a USF da Ilha do Bispo, onde foi aplicado.

O Questionário “C” foi desenvolvido para aplicação nas instituições governamentais e não governamentais, que atuam no local estudado, conforme Apêndice “C”, a fim de

evidenciar as participações destes entes, com as narrativas referentes às parcerias informadas pela fábrica InterCement, em prol da população residente no Bairro da Ilha do Bispo.

O primeiro ente questionado foi a Associação Comunitária Índio Piragibe, que desenvolve atividades sociais, culturais, esportivas e reivindicatórias, de caráter filantrópico e sem fins lucrativos, solicitado a apresentação da pesquisa através do Ofício nº 031/2017-CSTGP/CCSA anexo “F”.

O segundo foi o Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, órgão público subordinado a Secretaria de Saúde de João Pessoa, compondo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), atuando na proteção básica, desenvolvendo ações e serviços básicos continuados para famílias em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, e discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras. A pesquisa foi solicitada através do Ofício nº 035/2017-CSTGP/CCSA, anexo “I”, devidamente autorizada pelo Secretário de Desenvolvimento Social de João Pessoa.

O terceiro ente foi Centro de Referência em Educação Infantil - CREI, Maria José de Miranda Burity, trata-se de um órgão público da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de João Pessoa, e subordinada diretamente à Secretaria de Desenvolvimento Social, atuando na área de educação infantil, dispondo de uma Creche de período integral e uma pré-escola, também em tempo integral.

Por último, a quarta instituição a ser aplicado o questionário, foi a Associação Recreativa Cultural e Artística (ARCA). Esta atua com atividades educacionais, campanhas para o meio ambiente, atuação em atividades artística, cultural como: música, teatro, Ballet e esportes. Dispõe ainda, de um anexo, que oferece cursos profissionalizantes para que os jovens entrem no mercado de trabalho, em convênio com diversas instituições comerciais e industriais, dentre as quais, a InterCement. A pesquisa foi autorizada pelo coordenador do ente, atendo solicitação constante no Ofício nº 030/2017-CSTGP/CCSA, anexo “E”.

Definidas estas etapas, foram feitas visitas a todos os órgãos e entes supracitados, com o objetivo de executar as tarefas previamente planejadas, onde poderão ser observados, com maiores detalhes no Apêndice “D”, constante neste trabalho.

Por fim, depois de realizadas as análises dos dados colhidos em campo e em pesquisa bibliográfica, foi possível afirmar que a poluição do ar, existente na Ilha do Bispo, em João Pessoa, provocada pela Indústria InterCement Brasil, provoca problemas de saúde nas pessoas que vivem nas proximidades da indústria, e que os projetos de responsabilidade social empresarial se limitam a prática de filantropia e investimento social privado, que são importantes, mas não atacam de frente este grave problema de saúde pública e de meio

ambiente, que necessitam de ações urgentes para que os índices de poluentes sejam reduzidos de forma sistemática, incluindo todos os setores e atores da sociedade, unidos em torno da criação de mecanismo que visem reduzir os impactos provocados por agentes poluentes, notadamente, na idealização e implementação de projetos e programas de responsabilidade socioambiental. Assim, conclui-se que os objetivos deste trabalho foram devidamente alcançados.

Este trabalho foi organizado em seis capítulos. O primeiro capítulo foi elaborado uma introdução do tema abordado, delineando sobre os objetivos gerais e específicos, apresentando a justificativa e os procedimentos metodológicos.

No segundo capítulo, dissecamos sobre a importância do meio ambiente, rememorando o contexto Mundial e Brasileiro, sobre a questão socioambiental, finalizando com o arcabouço legal, que fundamentam as ações socioambientais.

No terceiro capítulo, estudamos os contextos e conceitos da Responsabilidade Social Empresarial, fazendo uma relação entre as implicações ambientais e de saúde pública, com os efeitos provocados pela poluição do ar, notadamente por indústrias que produzem cimento.

No quarto capítulo, analisou-se a Indústria InterCement, sua atuação no Mundo, no Brasil e na Paraíba, com especial atenção para o Bairro da Ilha do Bispo, objeto empírico deste estudo. Ainda neste quarto capítulo, observaram-se as ações poluentes ambientais provocados pela indústria InterCement, e seu discurso oficial através do Instituto InterCement, diante dos projetos de responsabilidade social que realizou no período de 2015 a 2016, com os *stakeholders* externos, que atuam no espaço estudado.

No quinto capítulo, realizou-se uma análise sobre os resultados apresentados pelo trabalho, através das respostas oferecidas pela InterCement e órgãos governamentais, não governamentais e da sociedade civil organizada com atuação no espaço amostral estudado, por meio de um diagnóstico da saúde da população relacionado com a poluição do ar e ainda, confrontando as informações apresentadas pela InterCement em conexão com os demais parceiros dos projetos sociais.

No sexto capítulo, está à conclusão de todo o estudo. Assim, conclui-se que os objetivos propostos neste estudo foram devidamente alcançados, pois tem íntima relação com as atribuições a serem exercidas pelos gestores públicos e a partir desse aspecto, dentre outros, justifica-se o interesse no tema em questão.

2. MEIO AMBIENTE, RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E SAÚDE PÚBLICA

Este capítulo tem por objetivo evidenciar os elementos históricos que se articulam com objeto de estudo. Inicialmente, realizou-se uma aproximação com a questão ambiental, tendo em vista que Responsabilidade Social Empresarial tem como principal eixo os aspectos relacionados à aplicação das legislações ambientais como medidas de RSE. No segundo momento, discutiram-se conceitos e contextos da RSE, para situar a categoria central do estudo e, no terceiro subcapítulo, trata-se da questão da saúde, que se torna prejudicada quando as empresas poluentes não atuam conforme as normas de controle ambiental, em prol de um desenvolvimento social-econômico e ambiental sustentável.

2.1 A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO CONTEXTO MUNDIAL

Os debates sobre assuntos socioambientais são realizados em praticamente todas as partes do mundo, através de diversos Fóruns públicos e privados, comportando uma ampla variedade de temas, tais como: mudanças climáticas, consumo alimentar, desigualdade social, água, energia, mercado de crédito, desmatamento, poluição sonora, poluição do ar, coleta de resíduos tóxicos, aquecimento global, dentre outros. Porém, houve pouca sensibilidade pelos que detêm o poder econômico e político na equação destes problemas que afligem toda a população mundial.

Com a intensificação da revolução industrial e tecnológica a partir do século XVIII, diversas indústrias iniciaram suas operações produtivas, causando um forte impacto na natureza, modificando de forma drástica, o meio ambiente e os recursos (ETHOS, 2017, pág. 17). A primeira lei ambiental foi criada em 1863, na Inglaterra, em plena revolução industrial, sendo denominada de Alkali Act e tinha o objetivo de regular a emissão de poluentes no ar pela indústria de vidro da época.

No contexto do pós 2ª Guerra Mundial, com o lançamento de duas bombas atômicas nas cidades de Hiroshima e Nagasaki no Japão, chama a atenção do mundo em relação ao poder de destruição a partir de artefatos nucleares. No contexto das décadas seguintes floresceu o que se denominou de movimento ambientalista em defesa do meio ambiente, denunciando o uso exacerbado dos recursos naturais, a poluição e a destruição de ecossistemas naturais, a extinção de animais dentre os outros aspectos. Um marco importante dessa época foi o lançamento do livro “Primavera silenciosa” em 1962, escrito por Rachel L.

Carson, que fez fortes críticas ao uso de diclorodifeniltricloroetano (DDT), o primeiro pesticida moderno usado largamente durante a II Guerra Mundial.

Hogan (2007) descreve alguns eventos de poluição atmosférica, como o que ocorreu no Vale do Meuse, na Bélgica, em 1930, provocando a morte de 60 pessoas. Em 1952, o Smog em Londres, conhecido como “A Névoa Matadora”, que ocasionou mais de quatro mil mortes, sendo o primeiro a promover a movimentação das autoridades de saúde e a atenção quanto à qualidade do ar. Em 1956, segundo Goldemberg e Barbosa (2004), foi aprovada a Lei do Ar Puro na Inglaterra.

Na América do Norte e em diversos países da Europa Ocidental, além do Japão, foram criadas diversas leis com ementa socioambiental, propiciando a criação de agências de monitoramento, regulamentação e avaliação da qualidade ambiental.

Outro importante marco foi a edição do livro “Os limites para o crescimento populacional” do Clube de Roma, dando surgimento às grandes conferências mundiais sobre meio ambiente e educação, como a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em Tbilisi, ocorrida em 1977.

O Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente em Davos, na Suíça, onde se reúnem os principais líderes empresariais, políticos, ONGs, líderes religiosos, intelectuais e jornalistas, como também, ativistas de todas as partes do mundo, tem pautado estes temas com maior incidência e mobilização, buscando chamar a atenção de todos para contribuir nas soluções coletivas dos problemas ambientais.

Araújo(2005) sustenta que o cenário histórico-social atual parece ser caracterizado pelo movimento de um ambientalismo proativo e outro, reativo, ressaltando, ainda, que:

A temática ambiental surge como locus propulsor de resistência nos interstícios do espaço econômico hegemônico e homogeneizante. A revalorização de culturas e fazeres ambientais em espaços de cunho comunitário que se configuram como entornos eco-sócio-territoriais parecem agregar uma série desses fatores que são historicamente determinados e dependem da forma como as sociedades se organizam, e como se organizam para produzir bens materiais e simbólicos, entre outros, a própria leitura da paisagem e sua função social(ARAÚJO, 2005, p. 193).

A Unesco, em 1975, realizou a Conferência de Belgrado na Iugoslávia, dando origem, ao final do encontro, à “Carta de Belgrado”, propondo a reforma dos processos educativos para a elaboração da nova ética do desenvolvimento e da ordem econômica mundial. A cidade de Kyoto no Japão, em 1997, sediou a terceira Conferência das Partes (COP – 3), culminando no Protocolo de Quioto, que consiste no acordo dos países que viessem a assiná-lo de

comprometerem-se com a redução das emissões de gases de efeito estufa (CCST, 2014 - Protocolo de Quioto, 1997).

Em 1985, um conjunto de nações reuniu-se na Áustria manifestando preocupação técnica e política quanto aos possíveis impactos que poderiam ser causados com o fenômeno da redução da camada de ozônio. Nesta ocasião foi formalizada a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio.

Avançando, em 1987, o Congresso Internacional da UNESCO - PNUMA sobre Educação e Formação Ambiental - Moscou realiza a avaliação dos avanços desde Tbilisi, e reafirma os princípios de Educação Ambiental assinalando a importância e necessidade da pesquisa e da formação em Educação Ambiental. Já em 1988 nasceu a Declaração de Caracas. ORPAL - PNUMA, Sobre Gestão Ambiental em América, que denuncia a necessidade de mudar o modelo de desenvolvimento.

Em 1989, ocorreu o Primeiro Seminário sobre materiais para a Educação Ambiental e a Declaração de HAIA, preparatório para o RIO 92, onde aponta a importância da cooperação internacional nas questões ambientais.

Na década de 90, vários fatos contribuíram para o avanço das questões do meio ambiente, de modo geral, dentre eles: A Conferência Mundial sobre Ensino para Todos, Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, Jomtien, Tailândia, onde destaca o conceito de Analfabetismo Ambiental.

A Organização das Nações Unidas – ONU declara o ano 1990 como o Ano Internacional do Meio Ambiente e inicia as reuniões para a Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, UNCED, Rio/92, onde foi criada a Agenda: Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Fórum das ONG's – buscando convergir os compromissos da sociedade civil com a Educação Ambiental e o Meio Ambiente, sendo editada a Carta Brasileira de Educação Ambiental, apontando as necessidades de capacitação na área.

Mais adiante ocorreram diversas discussões referentes ao tema meio ambiente, tais como: Congresso Sul-americano, continuidade da Eco/92 – Argentina; Conferência dos Direitos Humanos, Viena; Conferência Mundial da População, Cairo; I Congresso Ibero Americano de Educação Ambiental, Guadalajara, México; Conferência para o Desenvolvimento Social, Copenhague; Criação de um ambiente econômico, político, social, cultural e jurídico que permitia o desenvolvimento social; Conferência Mundial da Mulher/Pequim; Conferência Mundial do Clima, Berlim; Conferência Habitat II Istambul; II Congresso Ibero-americano de EA, Junho, Guadalajara, México; Conferência sobre EA em

Nova Delhi; Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, Thessaloniki, Grécia; É lançada a revista Tópicos em Educación Ambiental, uma publicação internacional editada no México, que contém informações sobre as variadas vertentes e áreas da educação ambiental.

Um grande evento para debate ambiental foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada entre os dias 3 e 14 de junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. A ECO-92 ou Rio-92, fez um balanço tanto dos problemas existentes quanto dos progressos realizados, e elaborou documentos importantes que continuam sendo referência para as discussões ambientais, como apontou a linha do tempo que trata das mudanças climáticas constantes no Quadro 1.

Quadro 1. Mudanças do Clima: Linha do Tempo – ECO 92

ANO	COMPROMISSO DOS PAÍSES
1992	Criação da Convenção da ONU sobre mudanças do clima da 193 países são signatários
1997	Protocolo de Kyoto: metas obrigatórias para os países desenvolvidos reduzirem 5% das emissões
2002	Adesão voluntária do Brasil ao Protocolo de Kyoto
2004	Implantação do Plano de ações para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM)
2005	Entrada em vigor do protocolo de Kyoto
2009	Anúncio da meta voluntária brasileira de reduzir entre 36,1% e 38,9% suas emissões projetadas até 2020.
2012	Menor taxa de desmatamento na Amazônia (4,57) KM ² redução de 83% em relação aos índices de 2004, ano de implantação do PPCDAM
2015	Acordo de Paris: esforço para limitar o aumento da temperatura da terra em até 1,5°C até 2100
2020	Início da vigência do Acordo de Paris
2025	Compromisso brasileiro de reduzir em 37% as emissões, com base nos dados de 2005
2030	Indicativo brasileiro de reduzir em 43% as emissões, com base nos dados de 2005.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente. (2017). Quadro idealizado pelo autor.

Nos anos 2000, A Assembléia Geral das Nações Unidas, durante sua 57ª sessão, estabeleceu a resolução nº 254, declarando 2005 como o início da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, depositando na UNESCO a responsabilidade pela implementação da iniciativa.

Neste mesmo diapasão, durante a XIV Reunião do Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe, em novembro no Panamá, é oficializado o Programa

Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental - PLACEA, que teve como principal protagonista a Venezuela, e como foro de discussões, a série dos congressos ibero-americanos de educação ambiental.

Em 2003 é criada em Portugal, durante as XII Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental da ASPEA, Associação Portuguesa de Educação Ambiental, a Rede Lusófona de Educação Ambiental, reunindo educadores ambientais brasileiros, portugueses e outras nacionalidades de língua portuguesa.

Todos os anos, representantes de 195 países reúnem-se na Conferência das Partes, a COP, da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês). Nessas reuniões, são discutidas medidas relacionadas à governança climática global, responsáveis por expressivos resultados como o Protocolo de Quioto, que estabeleceu metas de redução de emissões para países desenvolvidos. (MMA, 2017).

Para isso, foram definidos compromissos e obrigações para todos os países (denominados Partes da Convenção) e, levando em consideração o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

Os países signatários comprometeram-se a elaborar uma estratégia global “para proteger o sistema climático para gerações presentes e futuras”. (MMA, 2017)

Reunindo esforços das nações interessadas em reduzir as emissões de gases de efeito estufa, com economia de baixo carbono até o fim do século, foi assinado em dezembro de 2015, o Acordo de Paris. Entre outras medidas, o Acordo de Paris tem o objetivo de manter o aumento da temperatura média global a bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais e de garantir esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C. (MMA, 2017; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2017)

No Capítulo seguinte, iremos esboçar a participação do Brasil e seus compromissos assumidos para as questões ambientais, passando pelo contexto inicial, aliado ao arcabouço legal, que acompanha toda a evolução do meio ambiente no país.

2.2 A QUESTÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO BRASILEIRO E O ARCABOUÇO LEGAL

No Brasil, o movimento ambientalista teve início na década de 1950 com ações de grupos ambientalistas e preservacionistas. A União Protetora do Ambiente Natural (UPAN) foi fundada em 1955 pelo naturalista Henrique Roessler no Rio Grande do Sul, e a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) é criada em 1958 no Rio de Janeiro,

concentrando atuações na preservação da fauna e da flora ameaçados de extinção (VIOLA; LEIS, 1992).

Ainda em 1966 a Campanha pela Defesa e Desenvolvimento da Amazônia (CNNDA) é iniciada e em 1971, com a criação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN).

Na década de 1970 começam a entrar em vigor no Brasil entidades sem fins lucrativos, denominadas organizações não governamentais (ONGs) como a *World WildlifeFund* (WWF), que em português se traduz como Fundo Mundial para a Natureza, mas atualmente devido ao simbolismo causado pela sigla WWF ao redor do mundo e pelo conhecimento das ações iniciadas em favor da natureza, a entidade é conhecida simplesmente por WWF, não sendo mais traduzida com nenhum significado literal.

Coincidindo com os planos nacionais de desenvolvimento e instalação de indústrias poluentes e energético-minerais no Brasil, em 1973, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) com a função de gerir normas para a conservação do meio ambiente e o aproveitamento sustentável dos recursos naturais (CAVALCANTI, 1995). Com esta ação também são criadas agências ambientais para controle de poluição, como a Fundação de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) no Rio de Janeiro e a Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (CETESB) no estado de São Paulo.

Neste tema pode-se destacar a legislação que trata do controle da poluição do ar por fontes fixas de emissão, ou seja, por indústrias, usinas termelétricas de energia elétrica, mineradoras, etc., que teve seu início com o Decreto-Lei nº 1.413, de 14 de agosto de 1975, prosseguindo com o Decreto nº 76.389, de 3 de outubro de 1975, que o regulamentou, e com a Lei nº 6.803, de 2 de julho de 1980, que dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição e, deu outras providências, foi a posteriormente, alterada pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, interferindo também, na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, dispondo sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação

A Lei nº 6.803/1980 trata, especificamente, da localização industrial em áreas críticas de poluição, dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição e dá outras providências, e em seu artigo 1º versa “in verbis”:

Art. 1º - Nas áreas críticas de poluição a que se refere o art. 4º do Decreto-lei nº 1.413, de 14 de agosto de 1975, as zonas destinadas à instalação de indústrias serão definidas em esquema de zoneamento urbano, aprovado por lei, que compatibilize as atividades industriais com a proteção ambiental. (Brasil, Lei 6.803/1980)

Embora não estabeleça diretamente os níveis máximos de emissão, as leis brasileiras dão diretrizes formais às indústrias que trabalham com fontes poluentes, para que evite emissões que poluem a natureza, principalmente a poluição do ar, nas populações que residem nas proximidades de fonte poluidoras e orientando para que interfira o mínimo possível, nas atividades humanas que vivem em seu entorno, como áreas habitacionais, escolas, instituições de saúde, etc.

No Estado da Paraíba, a Lei n.º 4.335 de 16 de Dezembro de 1988, criou o Conselho de Proteção Ambiental - COPAM, órgão colegiado que tem como objetivo formular a política ambiental do Estado da Paraíba, expedir diretrizes, normas e instruções referentes à proteção dos recursos ambientais, estabelecendo normas e critérios para licenciamento ambiental de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras do meio ambiente a ser concedido por seu intermédio ou pela Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA.

A Constituição Brasileira de 1988 trata, também, do tema relacionado ao meio ambiente e recursos naturais, vislumbrando a incorporação da responsabilidade social, não só do Estado, como também da sociedade, vejamos “in verbis”:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (Brasil, 1988).

Nesta vertente, o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, através da resolução nº 005 de 15 de julho de 1989, criou o Programa Nacional de Controle de Qualidade do Ar – PRONAR, cuja finalidade consiste substancialmente em:

Permitir o desenvolvimento econômico e social do país de forma ambientalmente segura, pela limitação dos níveis de emissão de poluentes por fontes de poluição atmosférica, com vistas à melhoria da qualidade do ar, ao atendimento dos padrões estabelecidos e o não comprometimento da qualidade do ar nas áreas consideradas não degradadas. (CONAMA, 1989, p. 45).

No início da década de 1990 o Greenpeace, inicia uma série de ações no Brasil, no sentido de proteger o meio ambiente, como podemos destacar as campanhas contra a entrada de lixo radioativo no país, provenientes de usinas nucleares de países desenvolvidos; a investigação sobre a exploração ilegal e predatória de madeira na Amazônia; o “Greenfreeze” que foi a campanha para a troca na utilização dos gases CFC (cloro-flúor-carbono) por outros que não causam danos na camada de ozônio; e a campanha dos transgênicos, exigindo a prova

de que os organismos geneticamente modificados não causam danos à saúde humana e nem ao meio ambiente.

No mesmo sentido, as Resoluções CONAMA nº 003/1992 e nº 008/1993, são estabelecidas concentrações máximas para: partículas totais em suspensão (material particulado), fumaça (composta principalmente de dióxido de carbono – CO²), partículas inaláveis, dióxido de enxofre, monóxido de carbono (CO), ozônio e dióxido de nitrogênio.

A Lei n. 9.605/98, que trata dos crimes ambientais, em seu art. 54, configura crime “causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora”, o que inclui nesta figura delituosa todas as formas de poluição. Esta Lei apresenta alguns qualificadores ao crime de poluir, onde ocorram os seguintes institutos: tornem uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana; causem poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população; causem poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade; dificultem ou impeçam o uso público das praias; ocorram por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos.

Continuando o arcabouço de Leis referentes à matéria estudada, surge o Decreto nº 21.120 de 20 de Junho de 2000, que dispõe sobre a prevenção e controle da poluição ambiental e estabelece normas disciplinadoras da espécie, como podemos verificar no que dista o art. 2º da referida Lei

Art. 2.º A Política Estadual do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no Estado, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:[...] (PARAÍBA, 2000).

Neste diapasão, surge a Lei nº 019/2002, da de 29 de agosto de 2002, instituiu o Código Municipal do Meio Ambiente de João Pessoa, para de tratar assuntos relativos ao meio ambiente, através do SISMUMA – Sistema Municipal do Meio Ambiente, e em seu Artigo 6º, inciso XIX, encontramos a abordagem sobre poluição ambiental, onde versa sobre quaisquer fatos que interfira no meio ambiente.

Em setembro de 2004, é realizada a Consulta Pública do ProNEA, o Programa Nacional de Educação Ambiental, que reuniu contribuições de mais de 800 educadores

ambientais do país. Em novembro foi realizado o V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, após sete anos de intervalo ocorrido entre o IV Fórum, com o lançamento da Revista Brasileira de Educação Ambiental e com a criação da Rede Brasileira de Educomunicação Ambiental - REBECA. Ainda em novembro, após dois anos de existência enquanto Grupo de Estudos, é oficializado o Grupo de Trabalho em Educação Ambiental da ANPED, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Em dezembro é criado o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental no FBOMS, o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (MMA, 2017).

Em 2006, por meio da Resolução nº 3824, o CONAMA atualizou e ampliou os parâmetros das resoluções anteriores e estabeleceu limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos por fontes fixas. São estabelecidos limites específicos de emissão para vários tipos de combustíveis, entre os quais óleo pesado, gás natural e derivados de madeira, e de instalações, tais como usinas termoeletricas, turbinas a gás, unidades de produção de vapor, fábricas de celulose e papel, unidades de fusão de chumbo, processamento primário de alumínio, fornos de fusão de vidro, indústria de cimento, produção de fertilizantes, ácido fosfórico, ácido sulfúrico e ácido nítrico, siderurgia e unidades de pelotização de minério de ferro.

No município de João Pessoa-PB, o Decreto nº 6.499, de 20 de março de 2009, consolidou a Lei Complementar nº 054 de 23 de dezembro de 2008, e também, as disposições da complementar nº 03 de 30 de dezembro de 1992, instituindo o Plano Diretor da cidade de João Pessoa, versando em seu Artigo 3º, inciso XIII, que o planejamento e a gestão municipal estabelecerão mecanismos estáveis de articulação entre o município de João Pessoa, o Governo do Estado da Paraíba, o Governo Federal e os demais municípios com interesses comuns.

Pode-se inferir do ordenamento jurídico retromencionado, que a gestão sobre os problemas ambientais atingem a todos, não apenas abrange os entes federados e o poder público, chama também, a sociedade para participar. Nesse cenário de gravidade, se faz necessário o programa de políticas de responsabilidade social empresarial, pelas empresas que efetivamente poluem o meio ambiente, como forma, de amenizar os problemas ocasionados pelas indústrias, em particular as cimenteiras. No próximo capítulo trataremos da responsabilidade social, seus conceitos e contextos, elementos importantes para os objetivos propostos por este trabalho.

3. A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: CONCEITOS E CONTEXTOS

3.1 CONCEITOS DE RSE

A Responsabilidade Social Empresarial, ainda nos primórdios do capitalismo industrial no século XIX/XX, se confunde com as práticas filantrópicas, caridade e de benesse social por parte do empresariado junto aos trabalhadores e familiares. Esse período é considerado por Reis (2007), como o primeiro estágio de RSE. Mesmo que não tivesse essa denominação na época, mas era prática comum que as indústrias pudessem ter algum tipo “ajuda”, mediada por alguma organização social, como a Igreja Católica, que por séculos atuou nesse papel conflituoso entre os interesses econômicos de um lado, e de outro, as necessidades sociais.

A RSE se constitui como uma política que a empresa pode adotar, muitas vezes, por livre vontade do marketing e/ou outras impulsionadas pelo rigor da legislação que exigem um maior comprometimento das empresas, bem como, pela imposição normativo-legal e de incentivos de renúncias fiscais por parte do Estado. Já a filantropia se destina a uma doação voluntária e a continuidade de recursos financeiros e/ou de bens dirigidos a uma pessoa ou instituição que realiza práticas de atendimento social.

Melo Neto e Froes (2001, p. 28) salientam que houve uma quebra de paradigma no conceito de responsabilidade social no que se refere ao rompimento com as ações de caráter unicamente filantrópico (simples doações baseadas numa ação individual) para uma filantropia de alto rendimento (baseada no marketing social). A filantropia esteve associada, historicamente, a atividades beneficentes, com conotação paternalista. A responsabilidade social difere da filantropia porque reflete consciência social e dever cívico por parte das organizações, dentre elas, as empresariais.

Reis (2007) explica que um segundo momento de desenvolvimento da RSE, quando ela se volta para o entorno da comunidade, prevalecendo às relações de reciprocidade na tentativa de ativar os *stakeholders* locais e por fim, o terceiro estágio, quando atua numa dimensão societal, a exemplo, as organizações transnacionais.

A Responsabilidade Social Empresarial, também é conhecida como Responsabilidade Social Corporativa - RSC, sendo definida como um modelo de relação entre sociedade e empresa, pautando estratégias e concretizando os negócios, com o objetivo de satisfazer o bem-estar da sociedade e dos colaboradores (OLIVEIRA et al., 2004, p. 446).

Para Carroll (1999, p. 282) a RSC é definida “como implementação de decisões e ações de negócios, que vão além do objetivo econômico ou técnico primário da organização”.

Ademais, a sociedade passa a adotar um papel mais efetivo no que se refere a incidir sobre o tema responsabilidade social empresarial, isto se faz como forma de compor uma força maior na discussão. Sobre este tema assim posicionou Machado Filho (2002, p. 93).

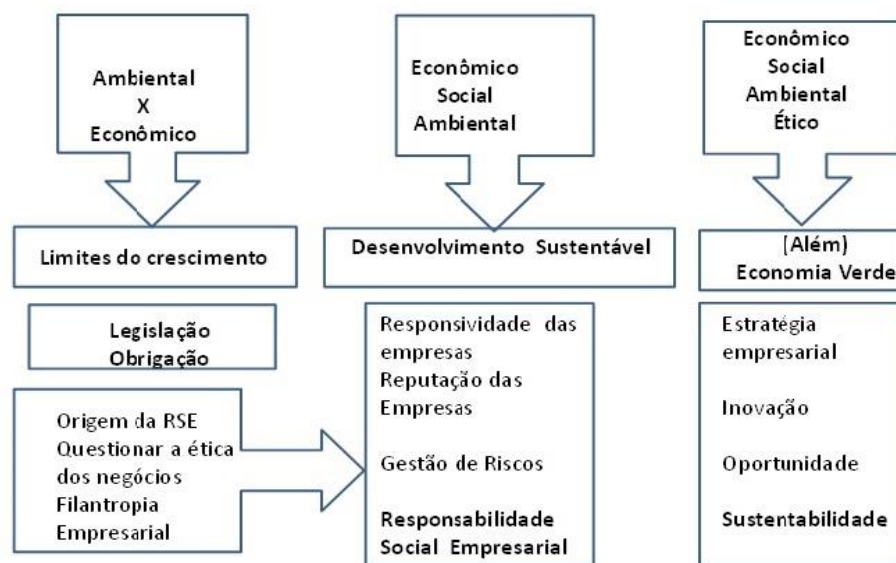
A comunidade local garante à organização o direito de construir suas facilidades, plantas industriais, escritórios, recebendo em troca os benefícios de taxas e contribuições da organização. Além disto, a organização deve cuidar para atenuar ou não gerar as externalidades negativas causadas à comunidade local, como por exemplo, em aspectos ambientais, como a poluição do ar e da água. (MACHADO FILHO, 2002, p. 93).

Sendo assim, constata-se que Responsabilidade Social Corporativa possui diversas atividades perante uma organização, seus funcionários, acionistas, comunidade em que atua fornecedores, clientes, e seus planejamentos estratégicos nas dimensões sociais, ambientais, desenvolvimento econômico e de renda.

Borger (2013) nos apresenta uma evolução da responsabilidade social empresarial, buscando visualizar uma real integração, com vista à questão ambiental, social, econômico e ético. Conforme a autora “o conceito de desenvolvimento sustentável está hoje totalmente integrado ao conceito de responsabilidade social” (BORGER, 2013, p. 12).

A Figura 1 a seguir apresenta a evolução de conceitos de RSE e sustentabilidade

Figura 1. Evolução de conceitos de RSE e sustentabilidade



Elaborado por Borger (2013)

Conforme a Autora preconiza: “não haverá crescimento econômico em longo prazo sem progresso social e também sem cuidado ambiental” (BORGER, 2013, p.12). Assim, verificamos que a evolução da Responsabilidade Social Empresarial, está intimamente ligada ao meio ambiente, a sociedade e o compromisso com o desenvolvimento de forma sustentável, que devem ser desenvolvidos através de parcerias e programas de responsabilidade social empresarial e ambiental.

Borger (2013) arremata: “Da mesma forma que o crescimento econômico não se sustenta sem uma equivalência social e ambiental, programas sociais ou ambientais corporativos não se sustentarão se não houver o equilíbrio econômico da empresa. (BORGER, 2013, P. 13).

De acordo com o Instituto Ethos, cuja missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa, define o conceito de responsabilidade social empresarial, como sendo:

Responsabilidade Social Empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionam o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. (ETHOS, 2012, p.13).

Desta forma, a RSE deve observar o impacto das atividades das empresas para os agentes com os quais interagem (stakeholders), ou seja, funcionários, fornecedores, clientes, consumidores, colaboradores, investidores, competidores, meio ambiente, governos, organizações não governamentais e a comunidade de modo geral.

Este conceito parte da premissa de que as empresas devem não só visar o lucro e seu crescimento, mas também, se preocupar com os demais integrantes da sociedade, com ética e responsabilidade, e principalmente com foco nas questões ambientais, como também, na saúde das pessoas, notadamente as que circundam as fábricas e indústrias que poluem o meio ambiente com as suas atividades produtivas.

Nesse sentido, cabe pontuar que RSE se desenvolve de distintas maneiras, dependendo dos contextos históricos de cada sociedade. Ressaltando, ainda que as etapas de desenvolvimento da RSE não foram lineares e nem partiu pelos mesmos aspectos em cada realidade social. A seguir trataremos de evidenciar três grandes marcos históricos em que a

RSE se desenvolveram por motivos, valores e práticas diferentes, nos contextos dos EUA, Europa e Brasil.

3.2 CONTEXTOS HISTÓRICOS DE DESENVOLVIMENTO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

No ano de 1899, Andrew Carnegie, foi um dos primeiros grandes filantropos americanos que doou 90% da sua fortuna. Fundador do *U.S Steel Corporation*, publicou o livro: “O evangelho da Riqueza”, que convoca os ricos a utilizarem a sua fortuna para melhorar a sociedade, associando conceito paternalista de caridade e zelo, com apologia a filantropia, defendendo a necessidade de promover o bem estar coletivo (KARKOTLI; ARAGÃO, 2005).

Outro fato indutor da RSE ocorreu em 1962, com texto de Milton Friedman, acusando a responsabilidade social como subversiva, pois criticou fortemente a sua utilização, com o viés apenas de corresponder às expectativas dos acionistas das empresas americanas.

A ascendência do movimento de responsabilidade social nas empresas verifica-se inicialmente, nos Estados Unidos da América, com a seguinte sequência de fatos: luta dos direitos civis e dos consumidores; questões relativas ao meio ambiente; debate sobre o papel das grandes corporações; movimentos sociais dentro e fora do campo empresarial; os movimentos durante a guerra do Vietnã; o monitoramento realizado pelas Igrejas Católicas e Protestantes no controle das empresas americanas no exterior; e, finalmente, o esforço dos movimentos dos acionistas em politizar o gerenciamento das empresas. (KARKOTLI; ARAGÃO, 2005)

Nesse cenário que vai de 1920 a 1974, ocorreu uma forte sinergia, que permitiu a introdução do tema de responsabilidade social empresarial nos EUA. Segundo Kaufman, Zacharias (1995), o debate sobre a responsabilidade social empresarial, ocupou espaço mais forte, após a segunda guerra mundial, quando houve um esforço legislativo para regulamentar as corporações. Contribuíram significativamente, o lançamento do livro “*Social responsibilities of the businessman social*”, publicado por Howard Bowen (1953), considerado uma referência importante neste tema, pois abre caminho para a reflexão da responsabilidade social. Para Voguel (1978), o movimento estudantil universitário americano foi incluído nas ações de efetivação do conceito de responsabilidade social empresarial, pois realizou mais de 183 manifestações públicas, contra os negócios da multinacional do setor químico, a *Dow Chemical* que produzia napalm.

O foco central norte-americano de RSE continua a ser o marketing empresarial, procurando aliar práticas que devolvam às empresas fatias no mercado competitivo. Mesmo com as mudanças ocorridas nas décadas finais do século XX e o século XXI não logrou uma ampliação para um eixo socioambiental em termos de RSE, até mesmo, os governos americanos não apostam participar ativamente junto aos acordos internacionais de proteção ambiental, sendo um dos países mais poluidores do planeta.

Em relação ao contexto da Europa, o tema responsabilidade social empresarial ganhou mais efervescência na década de 1990, em um contexto de luta pela qualificação do emprego e contra a prática discriminatória entre os gêneros (masculino e feminino) no acesso igual à ascensão e a carreira. Ainda, em cada realidade nacional o acesso a serviços sociais são acompanhados pela existência de áreas onde há: aumento do desemprego, baixo rendimento, precárias condições habitacionais, insucessos familiares, aumento da criminalidade, conflitos étnicos e degradação ambiental. Para tanto, foi necessário mobilizações no sentido de salvaguarda dos direitos trabalhistas e a modernização dos processos de produção, com a parceria e desenvolvimento local e observância aos direitos civis e dos consumidores (CAPPELLIN; GIFFONI, 2007)

Um fator muito importante para a inserção do tema responsabilidade social empresarial na Europa foi a assinatura do documento *European Business Declaration against Social Exclusion* (1995), onde contém as mais importantes diretrizes que motivam, do ponto de vista empresarial, a adesão das empresas à luta contra a exclusão social e constituiu-se em uma forma eficiente para sedimentar o vínculo entre as empresas e a sociedade.

Outro fator preponderante foi à realização do Encontro de Lisboa em 2000, queda origem a realização de um fórum de debates sobre responsabilidade social, e que reuniu o Primeiro Ministro da União Europeia - UE, a Comissão Europeia e a primeira direção da Responsabilidade Social Corporativa (CRS Europe), sendo, ao final, elaborado um apelo em favor da responsabilidade social empresarial, ampliando a participação das entidades envolvidas, em virtude de que o se comprometeram a assinar um atualizado programa de metas para 2010, tendo como desafio, conjugar o tripé: excelência e sustentabilidade do desenvolvimento econômico, mais e melhores empregos; e, aumento da coesão social (CAPPELLIN; GIFFONI, 2007).

Outras iniciativas importantes na Europa foi à assinatura do documento *Partnership Alchemy, New Social Partnerships in Europe* (União Européia, 2000) que resume os principais desafios de alguns países da Europa e o lançamento do Livro Verde, com princípios e valores que visam promover um quadro europeu para a responsabilidade social das

empresas editado em 2001, cujo teor propõe colocar as empresas em contato direto com o maior desafio da sociedade contemporânea em aprimorar as relações solidárias (CAPPELLIN E GIFFONI, 2007).

A meta foi unificar e harmonizar, no diversificado território europeu, alguns dos parâmetros do *Global Compact*, os princípios diretivos da Organização para a cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, e as próprias convenções resumidas na assim chamada agenda social da Organização Internacional do Trabalho - OIT, junto com Carta Verde.

No que se refere ao desenvolvimento da Responsabilidade Social Empresarial no contexto brasileiro ele antecede as práticas de outros países, já na década de 1960, em um contexto de uma situação alarmante de fome e pobreza, alto índice de desemprego, desigualdade e exclusão social (REIS, 2007). A iniciativa parte de algumas associações empresariais brasileiras que resolvem atacar a problemática social, através de princípios e valores éticos como componente da gestão da empresa (CAPPELLIN, et. al, 2007).

Nesta vertente a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa do Brasil (ADCE-Brasil), fundada em São Paulo, em 1960, concentrou suas atividades chamando a atenção para o debate acerca do papel social das empresas, sendo publicado, pela filial Paulista em 1965, a Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresa, e em 1974, a ADCE, publicou outro importante documento intitulado o Decálogo do Empresário, a primeira proposta de unir a gestão empresarial com a responsabilidade social.

A Câmara Americana de Comércio de São Paulo, em 1982, instituiu o prêmio ECO-Empresa e Comunidade, intencionando reconhecer e divulgar os esforços produzidos por empresas que desenvolvem projetos sociais para a promoção da cidadania em cinco categorias: cultura, educação, participação comunitária, educação ambiental e saúde. Nos tempos atuais avançou, com especial destaque para o desenvolvimento sustentável, visando a preservação do meio ambiente socioambiental, bem como a saúde das pessoas.

Em 1986, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES), reunindo empresários de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul, propõe humanizar a empresa e promover sua relação com a sociedade, desenvolvendo instrumentos educacionais e intelectuais específicos, e estabelecendo relações com autoridades governamentais e eclesiais, como a Confederação dos Bispos do Brasil e sindicatos com atuação no Brasil.

Essas iniciativas suscitaram reflexões sobre a abrangência e a competência do segundo e do terceiro setor, vislumbrando a questão da área social, assim se pronunciou Fernandes,

(1997, p. 20): “Um terceiro setor, não lucrativo e não governamental, coexiste hoje, no interior de cada sociedade, com o setor público estatal e com o setor público empresarial”.

Em 1995 foi criado o GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, instituído como organização sem fins lucrativos. Desde então, tornou-se referência no país no tema do investimento social privado. O GIFE visa qualificar técnicos para atuar nas questões relativas ao bem estar e projetos sociais, tendo como objetivo:

Articulado às políticas públicas, podemos contribuir de maneira relevante para o avanço de agendas de interesse público, investindo em inovação, escala e aprofundando sua capacidade de articulação com outros atores públicos. Uma sociedade civil forte e autônoma é condição essencial para o fortalecimento da democracia, para a construção de um ambiente institucional favorável aos negócios sustentáveis e para a incorporação dos anseios e demandas da sociedade.(GIFE, 2017, p. 1).

Em 1989, foi criada a Fundação ABRINQ, pelos direitos da Criança e do Adolescente, entidade de utilidade pública federal, mantida por recursos de empresas, sem fins lucrativos, cuja missão é promover a defesa dos direitos e o exercício da cidadania das crianças e dos adolescentes, mobilizando e articulando a sociedade civil e os órgãos públicos com atuação pautada na Organização das Nações Unidas - ONU e na Constituição Federativa do Brasil de 1988.

Em 1988, foi criado o Instituto Ethos de Responsabilidade Social, Associação de empresas interessadas em desenvolver suas atividades de forma socialmente responsável, em permanente processo de avaliação e aperfeiçoamento, por meio do desenvolvimento de atividades de informações, conferência, assistência técnica, comunicação, articulação, mobilização, debates e encontros. Assim, as motivações para o tema da responsabilidade social empresarial ocorrem com o ajuste e a renovação dos sentidos e dos conteúdos programático, inicialmente, buscando conquistar a legitimidade na sociedade, pela introdução dos valores éticos e orientações empresariais.

No ano de 1991 cria-se a Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM, uma das pioneiras na implantação do modelo de gestão ambiental da Atuação Responsável. Quando foi implantada, em 1992, era um programa de adesão voluntária, seis anos mais tarde passou a se tornar obrigatório para todas as empresas associadas à ABIQUIM (BARBIERI, 2007).

Em 1997 o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE, 1987) realizou uma campanha para disseminar e fortalecer a conduta ética e socialmente responsável das empresas. Instituiu, em 1998, o selo IBASE, que ratifica o compromisso pela veracidade

das práticas demonstradas no Balanço Social, instigando as empresas a adotarem o instrumento para dar publicidade à sua política e ações de Responsabilidade Social. Além destas, outras entidades passaram a contribuir para a difusão das práticas de RSE no Brasil.

Atualmente, o Instituto Ethos de Responsabilidade Social publica os indicadores de Responsabilidade Social. Disponível na versão 2013, eles consistem em uma ferramenta de gestão, de uso gratuito, que visam apoiar as empresas na incorporação da sustentabilidade e da RSE nas estratégias de negócio (ETHOS, 2013).

Em dezembro de 2015, o Grupo Assessor do Sistema ONU no Brasil, sobre a Agenda 2030, formula o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável, lança seu terceiro glossário.

A ODS 13 tem como objetivo, chamar a atenção para que sejam tomadas medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos, reconhecendo que a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima é o fórum internacional, intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança climática.

O glossário do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 13 - ODS 13 apresenta, de forma propositiva, temas e definições internacionalmente acordadas sobre mudança do clima, observadas à realidade brasileira. O documento também pretende orientar políticas públicas para o combate à mudança global do clima e promover o debate, de forma neutra, entre instituições e indivíduos, para o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13 (Ação contra a mudança global do clima).

As implicações ambientais e de saúde pública, convergem para uma união indissociável com a responsabilidade social empresarial, visto que todos devem estar imbuídos deste propósito, buscando também, as participações importantes dos organismos oficiais, da sociedade civil organizada, de organizações não governamentais da população de um geral. No capítulo seguinte, iremos realizar esta análise.

3.3 AS IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS E DE SAÚDE PÚBLICA PARA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Atualmente, as organizações econômicas e empresariais têm participações diretas nos problemas ambientais, atingindo as condições de saúde pública da população, principalmente as indústrias que são reconhecidas tidas como fontes poluidoras.

Dados de Zottis (2015) em artigo no *Wri Brasil Ross Center* apontam que os 10 países mais poluidores do mundo são: 1º China, 2º EUA, 3º UE, 4º Índia, 5º Rússia, 6º Japão, 7º Brasil, 8º Indonésia, 9º México e 10º Irã. Eles juntos são responsáveis por 72,28% dos gases

de efeito estufa em todo o Planeta. Este problema parte de vários vetores, mas principalmente pelo padrão social de vida e como as empresas atuam contra o meio ambiente, como demonstra as figuras 2 e 3 infra:

Figuras 2 e 3 –Trânsito na China



Fonte: World Bank (Zottis, 2015).



Fonte: www.bbc.com/portuguese/2016.

Segundo dados de Amós (2016) do Jornal da BBC NEWS, “Mais de 5,5 milhões de pessoas estão morrendo de forma prematura no mundo todo ano como resultado da poluição do ar” (idem, p.1). As principais fontes poluidoras do ar são usinas de energia, fábricas, veículos e da queima de carvão e madeira que geram materiais nocivos à saúde das pessoas.

Os dados de Amós (2016) mostram o Brasil em sétimo lugar. As duas principais empresas poluidoras do ar que estão na lista das 50 empresas mais poluentes no mundo são a Petrobrás e Vale do Rio Doce. Por outro lado, 22 empresas brasileiras aderiram ao Projeto da *Carbon Disclosure* com a intenção de pactuar junto ao governo a redução de CO². De acordo com o Relatório do *Carbon Disclosure Project* (2010, p.28), as empresas assumiram a iniciativa de se comprometerem na redução de Co2, conforme versa o texto infra:

O caso brasileiro, todavia, é um exemplo do que pode ocorrer quando as empresas tomam para si a tarefa de articular-se com a sociedade por interesses comuns e influenciar governos. No caso, a mobilização resultou na Carta Aberta ao Brasil sobre Mudanças do Clima, assinada por 22 das maiores empresas atuando no Brasil e três organizações da sociedade civil: Instituto Ethos, Fórum Amazônia Sustentável e União da Indústria da Cana-de-açúcar (Única) e entregue ao governo federal.

A partir desta iniciativa o governo brasileiro assumiu na XV Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas em 2009 (COP-15), o compromisso de reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE no intervalo de 36,1% a 38,9% até 2020 e criou o Programa Nacional de Mudanças do Clima - PNMC em 2008, segundo CDPLA (2010).

No contexto de 2015, o Brasil tem como principais áreas de emissão, os setores de energia, com 469.7 MtCO₂e, e agricultura, com 444.4 MtCO₂e. (ZOTTIS, 2015). A Indústria

e resíduos também são fontes de emissão de GEE, mas em menores proporções de Mt CO₂. Nem por isso, as indústrias devem desprezar as suas contribuições negativas na poluição do ar, pois elas interferem diretamente na qualidade de saúde da população e da natureza.

De acordo com a pesquisa sobre a “Projeção da mortalidade, internações hospitalares na rede pública e gastos públicos em saúde, decorrentes da poluição atmosférica no Estado de São Paulo de 2012 a 2030”, Vormittag, et al, (2014, p.4) informa:

Para isso foram considerados distintos cenários de poluição e tomando-se como referência o ano base 2011. Os resultados mostram que, mesmo em um cenário de redução da poluição atmosférica de 5% entre 2012 e 2030, haverá um número elevado de casos de aproximadamente de 250 mil óbitos, 1 milhão de internações e um gasto público em internações estimado em mais de R\$ 1,5 bilhões.

Considerando, segundo dados da mesma pesquisa, que no Estado de São Paulo, tomando como referência o ano de 2011 o quadro de doenças causadas pela exposição ao ar poluído é o seguinte:

Quadro 2- Grupos de causas de mortalidade e internações hospitalares incluídos nas projeções – São Paulo, 2011.

Mortalidade	Grupos CID-10	Grupos etários
1) Todas as mortes	Todos (capítulo I a XVI da CID-10	Todos
2) Câncer	Neoplasias malignas do aparelho atório e órgãos intrator ácido	40 anos e mais
3) Cardiovascular		
Cerebrovascular	Circulatório: doenças cerebrovasculares	40 anos e mais
DIC	Doença isquêmica do coração	40 anos e mais
4) Resp_crianças		
Resp_crianças	Outras infecções agudas das vias aéreas inferiores	Até 5 anos
Pneumonia	Pneumonia e influenza	Até 5 anos
5) Resp_adultos		
DCVAI	Doenças Crônicas das vias aéreas inferiores	60 anos e mais
Pneumonia	Pneumonia e influenza	60 anos e mais
Internações e gastos	Grupo CID-10	Grupos etários
1) Câncer	Neoplasias malignas de traquéia, brônquios e pulmões	40 anos e mais
2) Cardiovascular		
AVC	Acidente vascular cerebral não especificado	40 anos e mais
HI	Hemorragia intracraniana	
IAM	Infarto agudo do miocárdio	
IC	Infarto cerebral	

ODIC	Outras doenças isquêmicas do coração	
3) Resp_crianças		
Pneumonia	Pneumonia	Até 5 anos
4) Resp_adultos		
	Bronquite enfisema e outras doenças; Pulmonares obstrutivas crônicas	60 anos e mais
	Asma	
	Pneumonia	60 anos ou mais

Fonte: Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações Hospitalares (SIH/SUS).

Essas doenças podem ser causadas pelo acesso/convívio à ambientes com o ar atmosférico poluído. Esse quadro de saúde, dentre outros, deveriam ser objeto de preocupação para as empresas junto aos seus funcionários e comunidade. É justamente essa ideia que a *Carbon Disclosure Project* vende aos participantes do Projeto de redução do Co2, que se torna uma ação de RSE, ao mesmo tempo, mas um novo mercado que se abre para as empresas consideradas “limpas”, ganhando fatias relevantes em tempos difíceis para o capitalismo.

Como forma de incentivar as empresas a adotarem um comportamento de RSE, alguns organismos internacionais e nacionais têm buscado empreender formas de incentivá-las, criando selos, certificações e normas de qualidade total de produtos e serviços com a finalidade de elevar as empresas a um patamar de desenvolvimento social, econômico e ambiental sustentável.

Nesta vertente, a Organização das Nações Unidas - ONU, por meio do Credenciamento do Conselho de Prioridades Econômicas - CEPAA (1997) emite certificações para as empresas que atestam atuarem de acordo com os princípios da Responsabilidade Social Empresarial, quando elas desenvolvem práticas saudáveis ao meio ambiente e à saúde da população. As certificações se pautam pelas Normas SA 8000¹ (2001). Esta é uma norma internacional que norteia o gerenciamento de políticas e procedimentos relacionados à responsabilidade social. Consiste em uma metodologia auditável, o que viabiliza a mensuração de sua real prática (CEPAA, 1997).

Espelhando a ONU, em 2004, a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT editou a NBR 16001², que é o primeiro documento normativo a estabelecer requisitos para

¹8000 é uma norma de certificação internacional que incentiva as organizações a desenvolver, manter e aplicar práticas Socialmente aceitáveis no local de trabalho.

²NBR 16001, estabelece os requisitos para a implementação de um Sistema de Gestão de Responsabilidade Social (SGRS) passível de integração com outros sistemas de gestão. Um SGRS eficaz permite promover a cidadania, o desenvolvimento sustentável e a transparência das atividades da organização

Sistema da Gestão de Responsabilidade Social. Esta norma também é a principal referência para a certificação no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade - SBAC. Ela apresenta diretrizes para análise da qualidade ambiental, de saúde e de segurança da empresa, reunindo um conjunto de requisitos associados à ética, a cidadania, aos direitos humanos e ao desenvolvimento sustentável. Podendo ser aplicada a qualquer tipo e tamanho de organização, ajustando-se às diferentes condições geográficas, culturais e sociais (ONU, 2004).

Para que as organizações possam ser consideradas adeptas da RSE, de acordo com a NBR 16001, os requisitos partem do pressuposto primeiramente da definição de uma política de responsabilidade social onde a empresa deve assegurar que:

- a) seja apropriada à natureza, escala e impactos da organização;
- b) inclua o comprometimento com a promoção da ética e do desenvolvimento sustentável;
- c) inclua o comprometimento com a melhoria contínua e com a prevenção de impactos adversos;
- d) inclua o comprometimento com o atendimento à legislação e demais requisitos subscritos pela organização;
- e) forneça a estrutura para o estabelecimento e revisão dos objetivos e metas da responsabilidade social;³
- f) seja documentada, implementada e mantida;
- g) seja comunicada para todas as pessoas que trabalham para, ou em nome da, organização;
- h) esteja disponível para o público; e
- i) seja implementada por toda a organização.

Uma organização empresarial, nesse sentido, que se pauta por uma gestão de RSE deve buscar reduzir os impactos negativos provocados junto ao meio ambiente e à sociedade de modo geral, no sentido de preservar os recursos naturais, reduzir as desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida e de saúde das pessoas, principalmente aquelas que residem próximas às fontes poluidoras, como são os casos de indústrias cimenteiras, e/ou aquelas que trabalham diretamente com produtos tóxicos na produção industrial.

Diante desse contexto, a RSE tem relação com as questões ambientais, desdobrando-se na saúde pública, quando as empresas, não desenvolvem os princípios jurídico-legais e as normas técnicas estabelecidas, prejudicam o bem estar social coletivo da sociedade. No capítulo a seguir, vamos descrever a Intercement como indústria de cimento, foco empírico de nossa pesquisa.

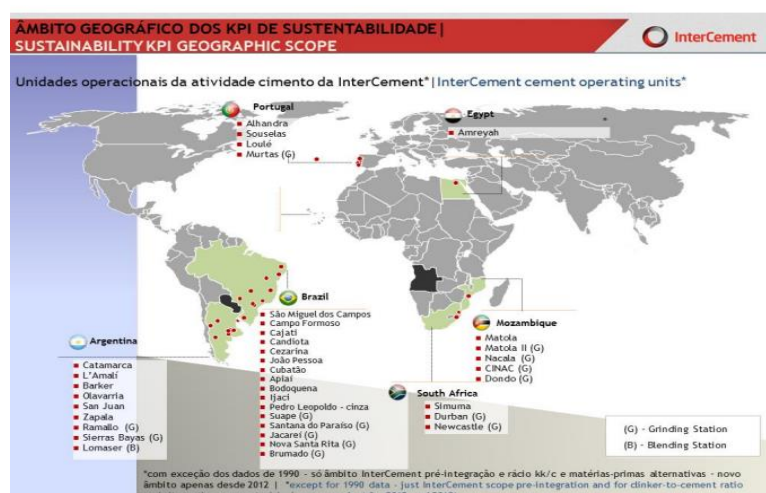
4. INTERCEMENT: NO MUNDO, NO BRASIL E NA PARAÍBA

4.1 INTERCEMENT NO MUNDO

A InterCement atua nos mercados de cimento em países como: Portugal, Argentina, Moçambique, Cabo Verde, Brasil, Paraguai, África do Sul e no Egito. A história da InterCement sempre buscou a integração e aquisições, contínua de implementação de novos ativos, sempre de porte semelhante ou superior às suas próprias dimensões anteriores.

A Figura 4 abaixo demonstra a ocupação da Indústria Intercement ao redor do mundo, se tornando um dos negócios mais expansivos e lucrativos do segmento.

Figura 4. Unidades operacionais da atividade de cimento da InterCement Mundial



Fonte: IntercementBrasil. <http://www.intercement.com>

Na sua trajetória foi incorporação a Cimento Cauê, no Brasil, em 1997, da Loma Negra, na Argentina, em 2005 e, a mais recente aquisição, em 2012, da cimenteira Cimpor. Como parte de seus objetivos estratégicos e de um ousado plano de crescimento, a InterCement, tornou-se sócia da Cimpor em fevereiro de 2010, quando adquiriu 22,17% de participação na empresa. Pouco depois, comprou novas ações e passou a deter 32,9%, consolidando-se como a maior acionista individual. Com a OPA – Oferta Pública de Aquisição apresentada em 2012 a InterCement adquiriu o controle da empresa. (INTERCEMENT, 2016). A InterCement conta hoje, com 40 fábricas de cimento e moagens espalhadas por oito países em três continentes. Veremos no próximo subcapítulo a relação da InterCement no Brasil.

4.2 INTERCEMENT NO BRASIL

No Brasil, a InterCement possui atualmente dezesseis unidades, como pode ser visualizada na figura 5 abaixo, sendo instaladas em: Apiaí, Bodoquena, Brumado, Cajati, Campo Formoso, Candiota, Cezarina, Cubatão, Ijaci, Jacareí, João Pessoa, Nova Santa Rita, Pedro Leopoldo, Santana do Paraíso, Suape, dentre elas (INTERCEMENT, 2017).

Figura 5. Fábricas de cimento da InterCement no Brasil



Fonte: InterCement. [Http://www.intercement.com](http://www.intercement.com)

Segundo a InterCement Brasil (2017), a indústria se consolida com uma das líderes cimenteiras no País e atua também na produção de concreto e agregados. Para se manter entre as líderes, investe constantemente em qualidade e tecnologia de ponta, garantindo que suas marcas e produtos ocupem posições sólidas no mercado.

A InterCement Brasil, trabalha com diversas linhas de produtos para atender o ramo da construção civil, atuando no fornecimento para as diversas construtoras visando atender a todas as necessidades da obra em construção.

A InterCement atua nos dezesseis pólos de produção brasileira, estando todas em pleno funcionamento através das centrais de concreto, distribuídas de forma regionalizadas com processos operacionais padrões, sendo o cimento sua produção principal.

A seguir, teremos uma análise da atuação da Intercement na Paraíba

4.3 INTERCEMENT NA PARAÍBA

A indústria foco deste estudo é a InterCement localizada no Bairro da Ilha do Bispo em João Pessoa, Estado da Paraíba. A Fábrica de Cimento InterCement S.A, segundo Gutierres (2011) pertencia ao conde Dolabella Portella e chamava-se Companhia Indústrias Brasileiras Portella S/A. Em 1933 foi adquirida pelo grupo industrial Reunidas Francisco Matarazzo. Em 1934, foi denominada Cimepar quando foi instalada pela primeira vez como fabricante do cimento Zebu. Em 1982, o grupo Brennand, de Pernambuco assumiu e passou a investir no aumento da produção de clínquer, uma das matérias-primas do cimento. A fabricação do produto passou de mil para 2 mil toneladas ao dia.

Em 1999 foi comprada pelo Grupo Cimpor e hoje é controlada pela InterCement, CNPJ nº 62258884009192, Inscrição Estadual nº162231415, e teve o Manifesto de Mina solicitado e outorgado pelo processo do DNPM 002.627/1934 para uma área de 504,7 ha, compreendendo a extração mineral de calcário e argila nas minas da Graça e Sampaio (PRAD, 2010), que fica localizada à Rua General Aurélio de Lira Tavares, s/nº, Ilha do Bispo, conforme figura 6, a seguir, e tem como atividade econômica a fabricação de cimento para utilização em argamassas de construções de alvenarias para as diversas aplicações em todos os tipos de construções da engenharia civil, Gutierres (2011).

Figura 6. Foto da Fábrica InterCement – João Pessoa-PB



Fonte: Google earth. www.google.com.br/maps. acessado em: 09 out. 2017.

Em sua propriedade há duas lavras uma de argila e a outra de calcário, depósito de estéreis e a unidade industrial. Reúne as principais condições para a produção de seu produto, o cimento.

A empresa está localizada no bairro de João Pessoa, denominado de Ilha do Bispo, bairro localizado na cidade de João Pessoa-PB, foi fundado em 21 de setembro de 1586, como núcleo habitacional, tendo como seus primeiros habitantes os índios Piragibe. Suas terras foram pertencentes ao primeiro Arcebispo emérito da Paraíba: Dom Aauto Aurélio de Miranda Henrique.

A Ilha do Bispo possui, segundo o IBGE, 2010, um total de 7.986 habitantes dos quais: 4.187 são mulheres e 3.799 são homens. Vale salientar que 4.621 já são eleitores e domicílios recenseados são 2.507. O bairro tem duas escolas particulares além de três colégios e uma creche; uma Unidade de Saúde da Família USF, Antônio Padre das Flores (possuindo 02 PSF's (PSF 1 e PSF 2). O Bairro também possui um Pelotão da Polícia Militar da Força Tática, pertencente ao 1º Batalhão da Polícia Militar, que presta serviços de segurança pública à população local. Existe também, uma Organização Não-Governamental/ONG, denominada Arca; uma Subestação da Energisa (energia); a Praça do Central; uma Sede do Conselho Comunitário, onde são realizados Cursos profissionalizantes.

Em setembro de 2017, a Ilha do Bispo comemorou, 147 anos de emancipação política. Sendo considerado um dos bairros mais antigos de João Pessoa-PB. Segundo Brasilino (2012, *apud* Tinem, Carvalho & Martins, 2005): o bairro é um conjunto de três vias principais: a Avenida Redenção, a Rua Lopo Garro e a Rua Carneiro de Campos. A Avenida Redenção e a Rua Carneiro de Campos são perpendiculares a Rua Alfredo Portela, Cícero Moura e à Rua Senhor do Bonfim.

Dentro do composto cartográfico, identificamos a Via Oeste, que serve de acesso ao centro de João Pessoa e também separa a área residencial da indústria InterCement, a Praça Índio Piragibe, a mata da Graça e o cemitério da Boa Sentença. O Bairro da Ilha do Bispo transborda sobre a cidade de Bayeux e permite a mobilidade pendular deste município com a cidade de João Pessoa, através das vias de acesso que unem essas duas cidades e cortam o bairro. O processo sistemático de ocupação e urbanização do bairro aconteceu, principalmente, a partir da segunda metade da década de 1930, com a inauguração e funcionamento da fábrica de cimento e da usina de óleo Matarazzo, caracterizando o bairro como moradia dos operários destas fábricas (BRASILINO, 2012).

Os moradores da Ilha do Bispo tem uma relação muito próxima com a InterCement S.A., pois durante muitos anos, os moradores do bairro, tinham suas atuações e empregos

subsidiados por ela. A empresa foi responsável pela maior concentração populacional no bairro, em virtude da oferta de emprego e renda.

Porém, o aspecto de maior profundidade e preocupação se refere à poluição provocada pela fabricação do cimento, pois afeta diretamente a atmosfera do ar e consequentemente, a saúde das pessoas que ali residentes.

Mesmo que a empresa ofereça vantagens para economia local, gerando emprego, renda, acesso a bens e serviços, é necessário que a ela desenvolva mecanismos interno e externo de proteção ambiental.

4.4 – INTERCEMENT: AÇÕES POLUENTES AMBIENTAIS

O principal produto da InterCement é o cimento, sendo feito através de uma atividade integrada de exploração e beneficiamento de substâncias minerais (calcário e argila), sua transformação química em clínquer (cimento não pulverizado) e posterior moagem, se dá através de cinco estágios: Extração de matéria prima; britagem, moagem da mistura crua, homogeneização da mistura crua e calcinação (clínquer).

Para a produção a InterCement utiliza resíduos agrícolas, urbanos e industriais, permitindo colmatar as necessidades de energia térmica e recursos naturais não renováveis no âmbito do processo produtivo, cujo desenvolvimento desta atividade chamou-se “coprocessamento”, representado na figura 7, abaixo:

Figura 7. Ciclo do Coprocessamento da InterCement.



Fonte: Google earth. www.google.com.br/maps.

A produção do cimento expõe no ar uma grande quantidade de produtos poluentes, resultado da queima dos insumos para a fabricação do produto, que provoca diversos

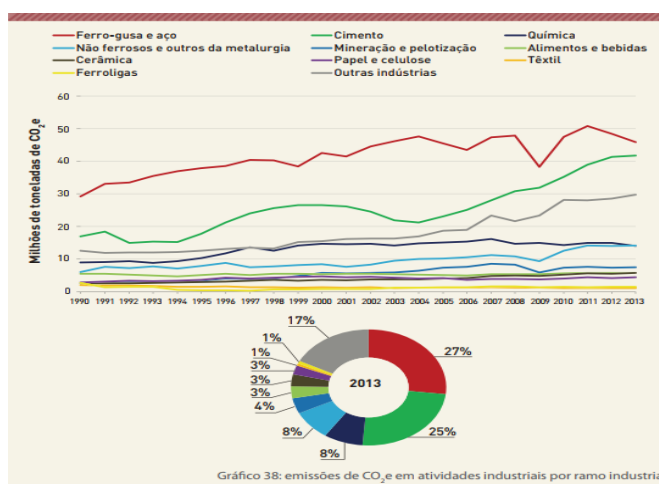
impactos ambientais advindos das atividades dos poluentes oriundos da indústria em evidência.

Esta poluição tem causado sérios danos à saúde dos moradores das comunidades circunvizinhas, fazendo-as adquirir moléstias que afetam o seu sistema cardiorrespiratório tornando-se assim, um problema público relevante, pois atinge toda comunidade local.

Meirelles (1990, p. 164) define poluição como “toda alteração das propriedades naturais do meio ambiente, causada por agente de qualquer espécie prejudicial à saúde, à segurança ou ao bem-estar da população sujeita aos seus efeitos”.

No mesmo sentido afirma Silva (2001, p. 10) “que poluição é o modo mais pernicioso de degradação do meio ambiente natural e atinge mais diretamente o ar, a água e o solo, mas também prejudica a flora e a fauna”. A Figura 8 demonstra as emissões de CO² e em atividades industriais por ramo industrial.

Figura 8. Emissões de CO² e em atividades industriais por ramo industrial.



Fonte: Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA). 2013.

Como se pode inferir da Figura 8, os ramos que mais emitem CO² são na sequência: ferro e cimento, correspondendo à indústria cimenteira a 25% de toda a emissão, conforme demonstra a linha verde do gráfico.

Isto nos leva a verificar que a projeção será de alta nos próximos anos, pois a linha de tendência aponta para mais emissões por de CO², em decorrência do aumento no consumo do produto final que é o cimento.

Pode-se evidenciar que as empresas que trabalham com fontes poluentes, devem adotar modelos de ações e projetos de responsabilidade socioambiental empresarial, que ofereçam respostas a demanda ao meio ambiente e pessoas afetadas pela poluição.

4.5 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: O DISCURSO OFICIAL DO INSTITUTO INTERCEMENT PELO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO-IIDC

A fim de atender aos princípios da Responsabilidade Social Empresarial, a Indústria InterCement criou o Instituto InterCement pelo Desenvolvimento Comunitário - IIDC, responsável por definir as estratégias, criar metodologias e implementar o investimento social privado da empresa, trabalhando para a construção de um mundo melhor, apoiando as potencialidades dos territórios na promoção do desenvolvimento comunitário, realizadas preferencialmente nos municípios nos quais a InterCement desenvolve suas atividades industriais e comerciais.

Segundo o Instituto InterCement, as ações visam fortalecer os vínculos comunitários, valorizar ativos locais, articular parceiros e formar redes de colaboração, de forma a criar um ambiente favorável e participativo em prol do desenvolvimento sustentável e da autonomia das comunidades (Fonte)

Além do Brasil, o Instituto orienta o Investimento Social da InterCement nos outros sete países onde a empresa está presente com unidades de produção. Todos os investimentos são focados em três áreas de atuação de RSE, a saber:

- 1) Desenvolvimento Comunitário: que atua em parceria com a sociedade civil e o poder público, com projetos que visam gerar oportunidade de desenvolvimento local;
- 2) Negócios de Impacto: que consiste em apoiar o dinamismo da economia local por meio do fortalecimento de pequenos negócios e do estímulo a negócios inovadores voltados para populações economicamente vulneráveis, a fim de ajudar a responder ao desafio da redução da pobreza, e;
- 3) Empresa Comunidade: cujo eixo é fortalecer o vínculo da InterCement com seus *stakeholders*, na busca pelo estabelecimento e manutenção de parcerias sustentáveis.

Anualmente é divulgado um relatório que descreve as três áreas de atuação, bem como seus eixos temáticos. Lista ainda, os projetos realizados no Brasil e apresenta os destaques de 2016. Todos os trabalhos desenvolvidos têm como meta atender integralmente a Visão, Missão e Valores do Instituto InterCement de ser um catalisador do potencial das comunidades.

O Instituto surge da necessidade peculiar de manter estreito relacionamento com as comunidades adjacentes as fábricas de cimento, com o intuito de realizar parcerias com instituições governamentais, não governamentais e a sociedade civil organizada, com projetos de responsabilidade social empresarial e ambiental no âmbito da educação e desenvolvimento

social, pode-se verificar no mapa constante na figura 10, infra, as unidades operacionais que cobertas pelos projetos firmados ente o instituto InterCement e os parceiros existentes nos locais.

A Figura 9 infra, demonstra a distribuição do Instituto conforme a atuação nos Estados Brasileiros.

Figura 9. Instituto InterCement no Brasil



Fonte: InterCement 2015.

O Instituto InterCement, sustenta “que consolidou ações, aprimorou práticas e realinhou estratégias, que foram as grandes marcas da atuação do Instituto InterCement em 2016” promovendo encontro presencial com os pontos focais (profissionais responsáveis pelo acompanhamento e implementação dos projetos de investimento social) de todas as geografias onde está presente, para um momento de debates, trocas de experiências e compartilhamento de desafios.

O Instituto afirma que realiza projetos na área de educação ambiental com o objetivo de expor conceitos ecológicos a partir de práticas educativas, realçando a aprendizagem, auxiliar na formação de questionamentos que se relacionam com a prática ambiental e cidadania.

A gestão de responsabilidade social empresarial e ambiental da InterCement, deve buscar, não apenas em atender a legislação, em especial os condicionantes da licença ambiental, e sim, deve ser proativa em procurar aderir à certificação ambiental.

A partir do discurso institucional da empresa, buscou-se analisar no capítulo seguinte os dados sobre a RSE da InterCement no que se refere aos objetivos deste estudo.

5. RESULTADOS E ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL DA INTERCEMENT

5.1 DIAGNÓSTICO DE SAÚDE DA POPULAÇÃO DA ILHA DO BISPO RELACIONADAS À POLUIÇÃO DO AR

Esse subcapítulo trata de atender a um objetivo específico da pesquisa, que priorizava identificar a relação entre a questão ambiental provocada pela produção industrial de cimento com o quadro de saúde dos moradores da Ilha do Bispo.

Esse nobre objetivo se conecta com a ideia de que as empresas são responsáveis pelas externalidades negativas⁴ ambientais que atingem a saúde pública.

Diante disso, um segundo percurso era identificar junto a este objetivo específico se a empresa adotava projetos de RSE voltados para atuar junto a essa externalidade, tendo em vista, que a produção de cimento é uma das principais fontes poluidoras do ar.

A indústria cimenteira é uma fonte inesgotável de poluição do ar e por sua vez, geradora de impactos à saúde e no meio ambiente que vão desde a contaminação do ar, na britagem da pedra calcária, até o ensacamento do produto final.

Pode-se afirmar que uma fábrica de cimento polui praticamente ao longo de todo seu processo industrial. A fina poeira, repleta de óxidos químicos, pode produzir doenças pulmonares graves, além da irritação dos olhos, ouvidos e fossas nasais (MAURY E BLUMENSCHNEIN, 2012).

Nesta vertente, pode-se inferir que a poluição do ar produzida por indústrias de cimento tem uma forte relação com o diagnóstico de doenças respiratórias causadas nas pessoas que residem nas proximidades destas indústrias.

O que podemos constatar pelos dados fornecidos pela Gerência da Unidade de Saúde da Família da Ilha do Bispo, que por meio de questionário (Apêndice B), conseguiram-se as seguintes informações sobre a situação de saúde respiratória dos moradores que são atendidos por essa USF, constantes no Quadro 3, a seguir.

⁴ Externalidade negativa é uma falha de mercado que não contabiliza os custos sociais. Como as indústrias cimenteiras quando não contabilizam este custo social na produção de seus produtos

Quadro 3 – Síntese das Respostas da USF da Ilha do Bispo.

A quantidade de pessoas afetadas no período foi a de aproximadamente 100 pessoas em 2016;
Os principais sintomas apresentando foram: chiado no peito, (dificuldade na respiração e algumas vezes febre); dor de cabeça, congestão nasal e coriza; respiração dolorosa e falta de ar;
O agente patológico identificado se tratou de: Alérgenos (causam irritação, alergia) e poluição do ar (poeira, material particulado, produtos químicos, fumaça);
As patologias identificadas foram: asma, bronquite, sinusite, rinite e pneumonia;
O tempo de duração da crise gira em torno de mais de cinco dias;
A frequência em que as pessoas apresentam problemas respiratórios, em decorrência de poluição ambiental (do ar) é de seis vezes ao ano;
A taxa de retorno é 10%;
A estação do ano em que mais as pessoas procuram os serviços médicos é no inverno;
A idade mais afetada é de 0 a 12 anos de idade;
O gênero mais procura atendimento médico é o feminino;
Não há projetos e programas de responsabilidade social empresarial na área da USF;

Fonte: Dados fornecidos pela USF da Ilha do Bispo I. Quadro elaborado pelo autor.

Este perfil demonstra uma possível relação entre a poluição provocada pela produção de cimento fabricado pela InterCement e as patologias que afetam a população residente nas proximidades da indústria analisada. Uma questão que chama atenção é o grupo de pessoas afetadas serem de 0 a 12 anos de idades, se consubstanciando que as crianças são as maiores vítimas dos efeitos nocivos da poluição do ar que acomete os habitantes da Ilha do Bispo.

Outro ponto importante, é que o Agente patológico, as patologias e os sintomas, conduzem a uma visão clara de que o pó de poeira advindo dos bueiros da InterCement, indica ser o principal instrumento de acometimento destas doenças.

5.2 INTERCEMENT: INDICADORES SOCIAL, AMBIENTAL E ECONÔMICA DA RSE

Este subcapítulo tem a função de apresentar os dados que atendam a um dos objetivos específicos da pesquisa que se tratava de identificar a concepção e prática da RSE da Indústria InterCement.

O questionário (Apêndice A) foi concebido por questões de modelos já aplicados pelas instituições ETHOS de Responsabilidade Social, sobre as dimensões da gestão social, ambiental e econômica da RSE; pela ABRAPP, através da Comissão técnica nacional de

sustentabilidade que avalia as empresas participadas pelos fundos de pensão e pelos níveis de GRI (Global Reporting Initiative), modelo de Relatório de Sustentabilidade Econômica, Social e Ambiental, utilizado como referência mundial, que garante transparência na divulgação das informações comparativas, reformulando-os à realidade específica do estudo em particular, através de Indicadores Binários (sim/ não), que contém elementos de validação e aprofundamento do estágio de RSE.

Os dados coletados indicam de forma sintética a seguinte situação da RSE a partir do discurso organizacional da InterCement, a partir das dimensões: governança e gestão, ambiental e social. A dimensão econômica não foi respondida pela empresa, conforme se verifica no Quadro 4:

Quadro 4 - Respostas ao questionário realizado pela InterCement.

Dimensão governança e gestão da RSE da InterCement
A Empresa afirmou que sim , possui órgão/setor/programa ou projeto de Responsabilidade Social Empresarial.
A empresa afirmou que sim , inclui a responsabilidade social empresarial como parte da políticas de sustentabilidade e desenvolvimento econômico da empresa.
A empresa afirmou que sim , utiliza metodologia própria como modelos externos diferente dos modelos de relatório de sustentabilidade, balanço social ou documento similar para divulgar seu desempenho social, ambiental e econômico.
A empresa admite que sim , possuem políticas específicas de treinamento para a questão ética relacionada à responsabilidade ambiental e também possuem outras ações não relatadas.
A empresa revelou que nos últimos três anos, não ocorreram autuações por infringir legislações ambientais causados por operações da empresa ou na cadeia produtiva.
Não foi respondida a questão sobre o nível de hierárquico que gestor de responsabilidade socioambiental ocupa na empresa
Dimensão Ambiental da RSE
A empresa assumiu que o planejamento da empresa leva sim em consideração ações de Responsabilidade Socioambiental.
A empresa afirmou que os tipos de ações de Responsabilidade Socioambiental que desenvolve são ações educativas .
A empresa assinalou que as iniciativas tomadas pela empresa para minimizar o impacto ambiental gerado por sua atuação: são Redução, reutilização e reciclagem de recursos .
Quanto aos compromissos ou iniciativas voluntárias assumidas pela empresa para a gestão de seu desempenho socioambiental: a empresa não respondeu.
Afirmou que sim , desenvolve ações de conscientização sobre meio ambiente com colaboradores.
Dimensão Social da RSE

A empresa afirmou que sim , possui mecanismos estruturados de diálogo com seu público de interesse (stakeholders), em particular com as instituições do primeiro, segundo e terceiro setores, que atuam no Bairro da Ilha do Bispo em João Pessoa-PB por meio da rede socioassistencial e a comissão de desenvolvimento local-CDC , em relação às ações/projetos de responsabilidade social empresarial.
Afirmou que sim , possui programa de voluntariado com seus colaboradores.
A empresa afirmou que sim , utiliza critérios discutidos, divulgados e acessíveis de responsabilidade socioambiental para escolha de seus fornecedores.
A empresa afirmou que sim que conduz programas de promoção e enraizamento da responsabilidade social ambiental, junto a seus fornecedores, parceiros, instituições públicas, instituições privadas.
Em relação ao valor investido (R\$) pela empresa para melhoria de seu impacto ou promoção e/ou criação de ações de responsabilidade social ambiental dirigidas às pessoas que residem no Bairro da Ilha do Bispo, em João Pessoa, no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2016, a empresa não respondeu.
Afirmou que sim , possui iniciativas para desenvolvimento da comunidade local.
A empresa também afirmou que sim , monitora e mensura o impacto gerado na comunidade.
Dimensão Econômica
Afirmou que sim , realiza investimento social privado na RSE.
A empresa não respondeu Quanto ao investimento (R\$) realizado pela empresa para a melhoria ou promoção e/ou criação de ações de responsabilidade social ambiental dirigidas as pessoas que residem no Bairro da Ilha do Bispo, em João Pessoa, no período de 2015 a 2016.
A empresa não respondeu se o principal gestor de responsabilidade socioambiental da empresa responde diretamente a qual nível hierárquico
A empresa não respondeu nem assinalou os compromissos ou iniciativas voluntárias assumidas pela empresa para a gestão de seu desempenho socioambiental

Fonte: Dados fornecido pela InterCement. Quadro elaborado pelo autor.

Como se observou as dimensões analisadas foram contempladas com ações positivas, em sua maioria, demonstrando que a empresa está interessada, em manter as dimensões (gestão e governança, ambiental e social) de forma a atender as exigências e orientações, com foco na Responsabilidade Social Empresarial, incluindo como política de sustentabilidade e desenvolvimento econômico da empresa.

O presente perfil da empresa a partir dos indicadores (Quadro 3) apresentados pela InterCement atende em parte às exigências do Relatório de Sustentabilidade da ABRAPP (2009), mesmo que o questionário aplicado tenha sido feito algumas adaptações para atender a este trabalho, identificou-se aspectos mais positivos do que negativos da RSE à sua atuação social e ambiental em relação ao discurso institucional da empresa.

Tornar-se necessário que a empresa também informe e apresente os resultados e investimentos realizados em suas ações de RES, para assim, deixar mais transparente e que

consiga a legitimidade necessária como uma empresa responsável social-ambientalmente e de liderança corporativa no mercado.

5.3 PROJETOS E AÇÕES SOCIAIS: PARCERIAS DA INTERCEMENT COM AS ORGANIZAÇÕES NA ILHA DO BISPO EM JOÃO PESSOA-PB

Visando desenvolver suas atividades no campo da responsabilidade social empresarial a InterCement, criou o Instituto InterCement, que tem como responsabilidade definir as estratégias, criar metodologias e implementar o investimento social privado.

Segundo a InterCement, o Instituto “trabalha para a construção de um mundo melhor, apoiando as potencialidades dos territórios na promoção do desenvolvimento comunitário”. Tais ações são diretamente realizadas preferencialmente, nos municípios nos quais a InterCement desenvolve suas atividades industriais e comerciais, cujas ações “visam fortalecer os vínculos comunitários, valorizar ativos locais, articular parceiros e formar redes de colaboração, de forma a criar um ambiente favorável e participativo em prol do desenvolvimento sustentável e da autonomia das comunidades” (INTERCEMENT, 2015).

Anualmente, compete ao Instituto divulgar um relatório que descreve o foco em três áreas de atuação: Desenvolvimento Comunitário, Negócios de Impacto e Empresa Comunidade. Em seus eixos temáticos, lista ainda os projetos realizados no Brasil e apresenta os destaques de 2016.

Na Ilha do Bispo, o Instituto InterCement relatou que firmou parceria com alguns órgãos governamentais e não governamentais, que atuam na comunidade, como forma de cooperar com ações e temáticas que visam atender e intervir nas lacunas sociais existentes na localidade, notadamente, com o viés de ajudar as pessoas que residem nas proximidades da fábrica de cimento InterCement.

As organizações que a empresa afirma ter parcerias nos projetos de RSE que o IIDC desenvolve na comunidade, são:

✓ **Associação Índio Piragibe** - atua para amenizar a situação da população local, são desenvolvidas atividades ligadas a educação ambiental elaborada pela Associação de Moradores Índio Piragibe, que atua em conjunto com outros entes públicos, privados e não governamentais, com o objetivo de desenvolver atividades culturais e representar a população local nas questões de desenvolvimento educacional, de emprego e renda, foto Figura 10.

Figura 10. Foto da Sede da Associação Índio Piragibe da Ilha do Bispo.



Fonte: Arquivo do Autor.

✓ **Associação Recreativa, Cultural e Artística - ONG ARCA**, atua com atividades educacionais, campanhas para o meio ambiente, atuação em atividades artística, cultural, como música, teatro, Ballet e esportes. A ONG ARCA, dispõe de um anexo, que oferece cursos profissionalizantes para os jovens entrem no mercado de trabalho, em convênio com diversas instituições comerciais e industriais, dentre as quais, a InterCement. Abaixo foto da sede da instituição conforme Figura 11.

Figura 11. ONG ARCA – Ilha do Bispo.



Fonte: Arquivo do Autor.

✓ **Centro de Referência de Assistência Social – CRAS** é um dos órgãos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na proteção básica, que atua na comunidade, e tem como objetivo desenvolver ações e serviços básicos continuados para famílias em situação de vulnerabilidade, decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

O CRAS é considerado a porta de entrada da Assistência Social, e tem como perspectivas o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o direito à Proteção Social Básica e a ampliação da capacidade de proteção social e de prevenção de situações de risco no território de sua abrangência, constando dos seguintes serviços: programa de Atenção Integral às Famílias – PAIF; Proteção Social Básica à Criança e ao Adolescente - ProJovem; Proteção Social aos Idosos e às Pessoas com Deficiência, dentre outros.

A sede do CRAS, encontra-se em processo de reforma, por isso a única entrada que existe é a constante na Figura 12 abaixo.

Figura 12. CRAS, da Ilha do Bispo.



Fonte: Arquivo do Autor.

✓ **Centro de Referência em Educação Infantil – CREI** - Maria José de Miranda Burity, encontra-se em pleno funcionamento. Localizado na zona urbana da Ilha do Bispo I, com dependência administrativa ligada a Prefeitura Municipal de João Pessoa, e subordinada diretamente à Secretaria de Desenvolvimento Social, atua na área de educação infantil, dispondo de uma Creche de período integral e uma pré-escola também em tempo integral. A figura 13, apresenta a sede do CREI na Ilha do Bispo.

Figura 13 -CREI- Ilha do Bispo



Fonte: Arquivo do Autor.

✓ **Unidade Integrada de Saúde da Família – USF** – Se consubstancia em outro importante equipamento de Saúde da Família da Ilha do Bispo. Este faz parte das UBS - Unidades Básicas de Saúde, que foram criadas no Brasil, como porta de entrada dos pacientes ao Sistema Único de Saúde – SUS. É através da UBS que o cidadão recebe seu primeiro atendimento na rede pública, onde o paciente é encaminhado a outros serviços especializados, para realização de exames ou encaminhamento direto a um profissional especialista.

Dentro deste sistema de saúde, temos a Unidade Integrada de Saúde da Família - USF, da Ilha do Bispo I e II, em João Pessoa, é um espaço preparado para promover e cuidar da saúde da população, atendendo um total de 5 mil famílias cadastradas no sistema Único de Saúde.

Figura 14. Foto: USF da Ilha do Bispo.



Fonte: Arquivo do Autor.

Os projetos de RSE que são apresentados pelo IIDC da InterCement se destacam no quadro 5:

Quadro 5 – Projetos de Desenvolvimento Comunitário - Encerrados em 2016.

1º Projeto: Ilha de Direito Temática: Infância	
Cidade	João Pessoa
Objetivos	Promover o aperfeiçoamento e a integração dos serviços da rede socioassistencial por meio da formação do Sistema de Garantia de Direitos, visando melhorias no atendimento à primeiríssima infância e às famílias
Beneficiários diretos	30
Beneficiários indiretos	86
Parceiros	Centro de Referência da Assistência Social, CREI Maria José de Miranda Burity, ARCA, Pastoral da Criança, Associação Comunitária Índio Piragibe e Unidade Básica de Saúde.
2º Projeto: Rumo ao Futuro Temática: Juventude	
Cidade	João Pessoa
Objetivos	Ampliar a oferta de qualificação socioprofissional para jovens em situação de vulnerabilidade social, oferecendo oportunidades dignas de trabalho e renda
Beneficiários diretos	160

Beneficiários indiretos	640
Parceiros	ARCA, Associação ACIP,
3º Projeto: Índio Piragibe Temática: Fortalecimento do Capital Cultural	
Cidade	João Pessoa
Objetivos	Fortalecimento de organizações comunitárias locais
Beneficiários diretos	126
Beneficiários indiretos	600
Parceiros	Instituto InterCement, CDC- Rede Amiga da Ilha do Bispo e Associação Comunitária Índio Piragibe

Fonte: Instituto InterCement, 2016 –Quadro organizado pelo autor.

No período atual, a empresa, por meio do IIDC afirma que está desenvolvendo os seguintes projetos de RSE em 2017, conforme o Quadro 6:

Quadro 6. Desenvolvimento comunitário - Projetos em continuidade em 2017.

1º Projeto: Juntos Pela Escola Ideal Temática: Educação	
Cidade	João Pessoa
Objetivos	Melhorias físicas por meio da participação comunitária.
Beneficiários diretos	1527.
Beneficiários indiretos	4.581
Parceiros	Escola Municipal de Ensino Fundamental Frutuoso Barbosa, Escola Municipal de Ensino Fundamental José Peregrino de Carvalho, CREI Maria José de Miranda Burity e Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Raul Machado.
2º Projeto: Índio Piragibe Temática: Fortalecimento do Capital Cultural	
Cidade	João Pessoa
Objetivos	Fortalecimento de organizações comunitárias locais
Beneficiários diretos	126
Beneficiários indiretos	600
Parceiros	Instituto InterCement, CDC- Rede Amiga da Ilha do Bispo e Associação Comunitária Índio Piragibe

Fonte: Instituto InterCement, 2016 –Quadro organizado pelo autor.

Muito embora o Instituto InterCement de Desenvolvimento Comunitário- IIDC apresente a empresa como atuante no âmbito da RSE como instrumento importante na gestão da organização do Grupo Camargo Corrêa, a qual a InterCement faz parte, notamos que em particular na comunidade da Ilha do Bispo em João Pessoa apresenta uma ação tímida e não apresenta nenhum projeto voltado para a externalidade ambiental que a empresa provoca na área.

Como se pode evidenciar nos Quadros 4 e 5 dos projetos que foram destinados para a Ilha do Bispo, apenas três ocorreram em 2016 e apenas dois em 2017, contemplando apenas uma área de atuação, ou seja, a de desenvolvimento comunitário, ficando a demais áreas: Negócios de Impacto, Empresa e Comunidade, sem quaisquer projetos direcionados para a Ilha do Bispo, em João Pessoa-PB.

Vale salientar, que as informações veiculadas pelo Instituto InterCement, através de página na internet não constam os valores aplicados nos projetos, que é vital para o acompanhamento da correta aplicação destes valores nas ações dos programas e projetos servindo inclusive, para atender ao princípio da publicidade e da transparência.

Segundo, Milani Filho (2007, p.1) “nem todas as organizações que declaram realizar investimentos sociais, evidenciam tal fato”. Ou seja, parte considerável de empresas não comprova publicamente os recursos gastos com os projetos de RSE, não sendo possível identificar se tais ações foram realizadas de fato, ou são apenas discursos sem evidência empírica. Estas empresas não tem transparência dos dados de avaliação dos projetos e nem dos seus valores operacionalizados, deixando também de divulgar o montante de renúncias fiscais que receberam do Estado para executar determinadas ações sociais.

Diante disso, é imprescindível que as Normas Técnicas baseadas nas Leis de Proteção Ambiental sejam monitoradas pelo poder público, porque assim, diminui as externalidades causadas junto às populações e ao meio ambiente. E não apenas se conceda renúncias sem de fato monitorar, fiscalizar e avaliar o rebatimento da produção industrial na vida humana.

Com o intuito de identificar o contraponto das informações descritas pela IIDC e da aplicação do questionário junto à empresa, aplicou-se também um questionário (Apêndice C) as organizações, que segundo a InterCement diz realizar parcerias em projetos.

Buscou-se com tais organizações, levantar informações que evidenciassem as atividades/projetos de RSE desenvolvidos na Ilha do Bispo, firmados em parcerias com a InterCement Brasil, que visassem equacionar os problemas de poluição e saúde que afetaram a população residente nas proximidades da fábrica de cimento.

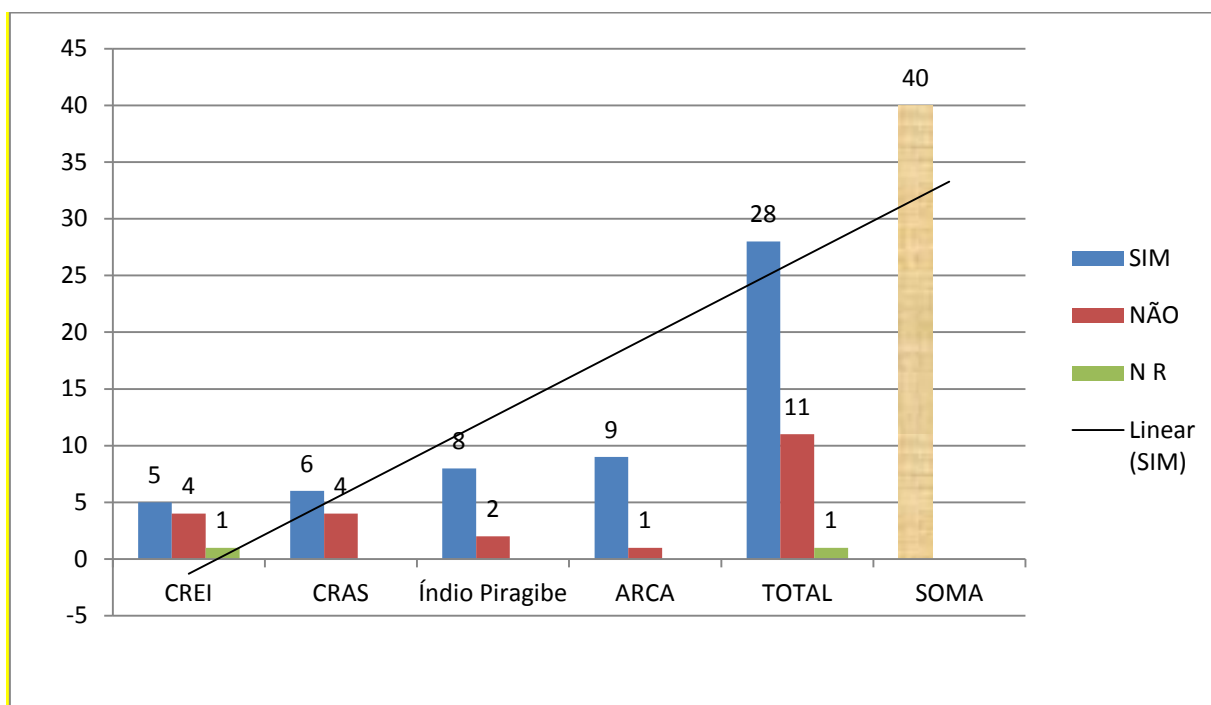
Quadro 7 – Resultados de pesquisa aplicada as organizações parceiras da InterCement em RSE.

ASSUNTO	ORGANIZAÇÕES /RESPOSTAS			
	Variável de Concordância das Afirmações			
	CREI	CRAS	ÍNDIO PRIRAGIBE	ARCA
A organização tem algum projeto de Responsabilidade Social e Ambiental, atualmente implementado em parceria com outras instituições não governamentais ou de poderes públicos que visam equacionar o problema ocasionado pela poluição do ar produzida pela Fábrica InterCement.	NÃO	NÃO	SIM	SIM
A organização tem conhecimento de quantas pessoas foram afetadas por poluição atmosférica produzida pela fábrica intercement e tiveram problemas de saúde em decorrência desta poluição o período de 2015 a 2016?	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
A presença da fábrica intercement na Ilha do Bispo traz algum benefício para população da comunidade vizinha?	SIM	SIM	SIM	SIM
A instituição conhece alguma iniciativa da fábrica de cimento intercement, para reduzir os danos ambientais, de saúde e da qualidade de vida, provocados pelas atividades de mineração e industrial do cimento?	NÃO	SIM	SIM	SIM
A Instituição considera a fábrica de cimento intercement social e ambientalmente responsável?	SIM	SIM	SIM	SIM
A organização tem conhecimento da extensão dos danos sociais, ambientais e de saúde provocados pela fábrica de cimento intercement no bairro da ilha do Bispo?	SIM	SIM	NÃO	SIM
A organização sabe diferenciar filantropia e responsabilidade Social Empresarial e ambiental?	SIM	SIM	SIM	SIM
A organização tem conhecimento se a InterCement, faz a gestão ambiental, incluindo em seu processo: Identificação de riscos, plano de ação, alocação de recursos, treinamento de empregados e auditoria.	NÃO	SIM	SIM	SIM
Nos projetos de responsabilidade social empresarial e ambiente apresentados pela InterCement, em parceria com esta organização constam os vetores Comunidade e Meio ambiente?	SIM	SIM	SIM	SIM
A Organização já fez parceria com o Instituto InterCement, na área projetos de responsabilidade social empresarial e ambiental durante o período de 2015 a 2016?	NÃO RESPO NDEU	SIM	SIM	SIM

Fonte: Formulários de pesquisa enviados as instituições avaliadas. Quadro elaborado pelo Autor.

Podemos inferir das respostas apresentadas pelas organizações no Quadro 7 supra, que a maioria das questões respondidas pelos Stakeholder, ou seja, parceiros em projetos com a InterCement, na localidade da Ilha do Bispo, consideram que a empresa age positivamente nas questões relacionadas aos projetos de responsabilidade social empresarial. No mesmo teor, as instituições questionadas, afirmam que realizaram parcerias através de vetores comunidade e meio ambiente com a InterCement, o que vem corroborar com as informações prestadas pela empresa quando das respostas oferecidas no questionário.

Gráfico 1. Resultados de pesquisa nas instituições parceiras da Intercement Brasil



Fonte: Formulário de pesquisa aplicadas as instituições analisadas. Gráfico elaborado pelo autor.

Como se pode perceber, a linha de tendência demonstra, que das 40 questões respondidas, 28 foram positivas, representando 70% do total, enquanto que as respostas negativas somaram 11 questões, representando 27,5% do total. Esta tendência se repetiu em todas as instituições analisadas, conforme suas respectivas respostas apresentadas na pesquisa.

Ao mesmo tempo, as respostas negativas, se deram no campo das organizações não terem nenhum projeto de Responsabilidade Social e Ambiental, atualmente, implementado em parceria com outras instituições não governamentais ou de poderes públicos que visam equacionar o problema ocasionado pela poluição do ar produzida pela Fábrica InterCement.

A partir dos dados, ficou evidenciado que as instituições envolvidas afirmaram ter conhecimento da problemática que envolve a poluição do ar, provocada pela fábrica InterCement, porém, quando indagados sobre os projetos que a empresa desenvolveu em torno da questão ambiental e seus rebatimentos na saúde pública dos moradores locais, isso, os tipos de projetos que eles deram como respostas de ações sociais de RSE, não focam na questão fundamental deste estudo e nem confere com os projetos que institucionalmente a empresa assegura ter realizado quando analisamos os projetos descritos pela IIDC. Os projetos que as organizações relataram ter feito parcerias junto à InterCement em 2015 a 2016 estão dispostos no Quadro 8, seguinte.

Quadro 8 – Variáveis de concordância das organizações analisadas.

PARCERIAS FIRMADAS: PROJETOS EM 2015 a 2016	ORGANIZAÇÕES /RESPOSTAS			
	Variável de Concordância das Afirmações			
	CREI	CRAS	ÍNDIO PRIRAGIBE	ARCA
Desenvolvimento da primeira infância Objetivo: ações voltadas para o desenvolvimento das crianças nessa fase.	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Rumo ao Futuro Objetivo: voltado a Juventude e buscando benéficos para a comunidade	NÃO	NÃO	SIM	SIM
Escola Ideal Objetivo: Qualificar jovens e melhorar as condições de aprendizagem nas escolas	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Dia do Bem fazer(rede amiga) Objetivo: voltado a Juventude e buscando benéficos para a comunidade	NÃO	NÃO	SIM	SIM
Semana do bebê(rede amiga)	NÃO	NÃO	SIM	SIM
Geração sustentável(rede amiga) Objetivo: não foi informado	NÃO	NÃO	NÃO	SIM

Fonte: questionário de pesquisa (2017). Quadro elaborado pelo autor.

Pode-se inferir da análise do Quadro 8 que as entidades analisadas, nem sempre estão pactuadas nos mesmos projetos. Ficou evidente, que apenas a ONG ARCA e a Associação Índio Piragibe, afirmaram terem firmado projetos em comum citando os seguintes projetos: Rumo ao Futuro, Dia do Bem fazer (rede amiga) e Semana do bebê (rede amiga), cuja características em comum é serem entidades do terceiro setor da economia, ou seja, tem caráter filantrópico.

Com relação aos entes governamentais, o Centro de Assistência Social – CRAS, afirmou haver realizado uma parceria com o projeto social Desenvolvimento da primeira infância Objetivo: ações voltadas para o desenvolvimento das crianças nessa fase. Já o Centro de Referência em Educação Infantil - CREI, não informou nenhum projeto em execução, nem individual nem tampouco em parceria com os demais organismos envolvidos, tendo a Coordenadora informado o seguinte: “Estou à frente do CREI Maria José de Miranda Burity apenas a 8 meses, tenho o conhecimento pouco das ações feitas anteriormente”. (Coordenadora do CREI).

Na pesquisa realizada com os entes em análise, foi possível identificar que os projetos realizados por eles firmados, beneficiaram diretamente 2.750 pessoas e indiretamente 7.600 pessoas. em relação aos investimentos de recursos financeiros das parcerias entre a InterCement com as quatro instituições analisadas, apenas a ONG ARCA informou que

recebeu no período de 2015 a 2016, o valor de R\$ 360.000, 00 (trezentos e sessenta mil reais). Por outro lado, o Instituto Intercement Brasil, também não divulgou de forma clara e transparente os totais de recursos aplicados nos projetos realizados em parceria com os entes públicos e do terceiro setor que atua na Ilha do bispo, dificultando, sobremaneira, a comparação pecuniária o cálculo dos valores investidos.

Assim, de forma conclusiva, teremos o arremate do assunto proposto, através do próximo capítulo, onde realizamos as conclusões a que chegou o presente trabalho e postos as recomendações, dentro do próprio capítulo, como forma contribuir para as posteriores soluções e pesquisas que venham a serem feitas sobre este importante tema.

6. CONCLUSÕES

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou a análise de que os Projetos de Responsabilidade Social Empresarial e Ambiental, realizados pela fábrica InterCement, junto à Comunidade da Ilha do Bispo, não oferecem respostas efetivas para a equação da problemática de doenças que atinge as pessoas que residem nas proximidades da fábrica, em decorrência da poluição provocada pela fábrica.

A partir da coleta de dados, realizada através de pesquisa de campo, foi possível traçar o perfil das pessoas atingidas pela poluição produzida pela Fábrica InterCement, que de um modo geral, constatou-se que os pacientes que acorreram a Unidade de Saúde da Família da Ilha do Bispo, no período de 2015 a 2016, foram em número de 100, apresentando sintomas de doenças respiratórias, tais como: chiado no peito, (dificuldade na respiração e algumas vezes febre); dor de cabeça, congestão nasal e coriza; respiração dolorosa e falta de ar, provocados por alérgenos (causam irritação, alergia) e poluição do ar (poeira, material particulado, produtos químicos, fumaça), causando doenças como: asma, bronquite, sinusite, rinite e pneumonia, cuja duração da crise gira em torno de mais de cinco dias, com frequência acima de seis vezes no período e com taxa de retorno é 10%, com maior incidência da estação de inverno e em sua maioria, atingem crianças de 0-12 anos de idade, e do gênero feminino apresentando.

Inerentes aos projetos de Responsabilidade Social Empresarial e Ambiental, o estudo apontou que a Fábrica InterCement, efetua suas parcerias com os órgãos governamentais e não governamentais, concentrando suas atividades no campo da filantropia e investimento social privado, muito embora sejam ações importantes não combate de frente a problemática provocada pela poluição ambiental existente no local.

Com base em questionário de pesquisa encaminhado a InterCement Brasil e em pesquisa no site de internet do Instituto InterCement, foi possível identificar que a referida fábrica firmou parcerias com atores de órgãos governamentais e não governamentais, que atuam na comunidade através de projetos de responsabilidade social empresarial e ambiental, implementados em favor da população do Bairro da Ilha do Bispo, em João Pessoa, notadamente, com o viés de ajudar as pessoas que residem nas proximidades da fábrica de cimento, conforme se verifica nos quadros de 4 e 5, deste trabalho.

Os projetos informados pela InterCement, foram confirmado pelos pelas instituições: Associação Comunitária Índio Piragibe, Centro de Referência e Assistência Social – CRAS e

a Associação Recreativa Cultural e Artística (ARCA), que responderam através de questionários de entrevistas encaminhados.

Porém, o Centro de Referência em Educação Infantil - CREI, Maria José de Miranda Burity, respondeu que não havia firmado nenhuma parceria através de projetos com a InterCement, mas, a InterCement, através de seu instituto, divulgou haver feito dois projetos um em 2016 e outro em 2017, onde consta o CREI da Ilha do Bispo, como um dos beneficiários, conforme pode-se verificar no item quadros 4 e 5.

A pesquisa buscou subsídios para fundamentar o assunto investigado e identificou-se estudos dos principais autores sobre o tema responsabilidade social empresarial e ambiental, acessando na internet diversas páginas que divulgam trabalhos científicos, trabalhos de conclusão de curso, monografias, livros, teses. Ao mesmo tempo, visitou-se a biblioteca setorial da área das ciências sociais da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, a procura de bibliografias físicas e digitais dentro do conceito em estudo.

Como instrumento de pesquisa, utilizou-se um questionário de entrevista, que se compôs de perguntas de múltiplas escolhas e organizadas de forma sequencial e objetiva, tendo os dados apurados servido de base para demonstrar, que a Indústria InterCement, emite agentes poluentes no ar, que afetam a saúde das pessoas que residem nas imediações.

Constatou-se, também, que os projetos firmados entre os atores envolvidos se tratou de ações de filantropia e investimento social privado, que muito embora sejam ações importantes, mas não atendem as reais necessidades das populações afetadas, principalmente na área de saúde. Desta forma, o instrumento contribuiu, de forma decisiva, para o êxito total dos objetivos propostos no trabalho.

Consubstanciado na importância do tema em estudo, necessário se faz, produzir formas de agilizar o desenvolvimento de ações mais proativas, que diante das dificuldades apresentadas, possam viabilizar pessoas com capacidade de gerenciamento e manuseio de dados, tanto nos órgãos públicos, quanto na iniciativa privada. Podendo efetivamente produzir mecanismos decisórios e soluções mais rápidos e eficazes, baseados em dados consolidados e analisados.

Desta forma, a utilização de programas efetivos de responsabilidade social empresarial e ambiental, com o envolvimento de todos os atores: públicos, privados, organizações não governamentais e a sociedade civil organizada, como um todo, resolverá e equacionará a problemática apresentada, como resposta e combate efetivo a poluição provocada pela InterCement, e melhora significativa à saúde das pessoas que residem nas proximidades da indústria em questão. Sendo assim, o objetivo foi alcançado.

Diante disso, traduzimos nossas sugestões por meio de recomendações, tendo em vista a necessidade de conceituar e implementar a RSE de acordo com seus princípios já constituídos por organismos nacionais e internacionais. Assim, as sugestões/recomendações para os diversos atores envolvidos são:

➤ A INTERCEMENT

- Criar em sua estrutura administrativa, uma divisão de elaboração de Programas efetivos, de Responsabilidade Social Empresarial e ambiental, como forma de acompanhar, analisar, gerenciar e avaliar, as ações desenvolvidas na comunidade da Ilha do Bispo, juntamente aos seus *stakeholders*;
- Divulgar através de relatório de sustentabilidade e balanço social, o desempenho social, ambiental e econômico;
- Criar relatórios com base nas diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); da *Global Reporting Initiative* (GRI). do Instituto Ethos ou do IBASE..
- Divulgar os valores investidos nos programas de Responsabilidade Social Empresarial e Ambiental, a fim de promover a transparência e publicidade dos seus atos sociais e ambientais.
- Elaborar metas para serem cumpridas dentro de um planejamento estratégico, com foco na saúde da população circunvizinha a Fábrica InterCement da Ilha do Bispo, com avaliações periódicas dos resultados alcançados.

➤ A UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA



- Dispor de uma divisão de coleta de dados dos pacientes que acorrem aos serviços médicos, com o fito de realizar o tratamento das informações através de operações e avaliações estatísticas dos dados consolidados.

➤ O CENTRO DE REFERÊNCIA E A ASSISTÊNCIA SOCIAL- CRAS

- Acompanhar as ações de responsabilidade social empresarial e ambiental, com vistas a promover debates, informes, reuniões e esclarecimentos a população do Bairro da Ilha do Bispo, no campo da assistência social e psicológica.

➤ CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INFANTIL – CREI

- promover ações e campanhas educativas direcionadas às crianças e jovens, com o intuito de gerar conscientização sobre a questão da poluição do ar e do meio ambiente, e os malefícios que trazem e provocam na saúde das pessoas.

➤ A ASSOCIAÇÃO ÍNDIO PIRAGIBE

- Acompanhar efetivamente a execução dos programas e projetos implementados em parceria com a InterCment Brasil;
- Promover campanha comunitária de conscientização da população sobre a preservação do meio ambiente de forma sustentável;
- Divulgar os valores pecuniários referentes aos investimentos dos projetos em execução no Bairro;
- Criar mecanismos de participação popular da comunidade, através fóruns, seminários, conferências, simpósios, para debates permanentes de discussão com a população local, a problemática da poluição e de saúde pública local;
- Provê parcerias com os as Universidades públicas e privadas, no que se refere a cursos de extensão e de pesquisas científicas, que visem estudar os problemas recorrentes existentes na comunidade local.

➤ ASSOCIAÇÃO RECREATIVA SOCIAL E ARTÍSTICA – ARCA

- Acompanhar efetivamente a execução dos programas e projetos implementados em parceria com a InterCment Brasil;
- Promover campanha comunitária de conscientização da população sobre a preservação do meio ambiente de forma sustentável;
- Divulgar os valores pecuniários referentes aos investimentos dos projetos em execução no Bairro;
- Criar mecanismos de participação popular da comunidade, através fóruns, seminários, conferências, simpósios, para debates permanentes de discussão com a população local, a problemática da poluição e de saúde pública local;

- Provê parcerias com os as Universidades públicas e privadas, no que se refere a cursos de extensão e de pesquisas científicas, que visem estudar os problemas recorrentes existentes na comunidade local.

Sendo assim, esperamos que este trabalho final de conclusão de curso, possa contribuir para a comunidade acadêmica, no sentido de motivar outros pesquisadores a considerar a Responsabilidade Social Empresarial e Ambiental, como um tema muito relevante para a sociedade, o meio ambiente, a flora e a fauna, e assim, possamos apresentar as gerações futuras um ambiente mais propício à vida, com qualidade, respeito e harmonia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N. de; ROUQUAYROL, M. Z. **Introdução à epidemiologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

ARAÚJO, Paulo R. da Rocha. **Novos Cenários das políticas públicas na questão ambiental**. **Civitas**: Revista de ciências sociais, Porto Alegre, v.5, n.1, jan/jun.2005. disponível em: [HTTP://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/40/1612](http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/40/1612). Acesso em: 04 nov. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referência: elaboração. Rio de Janeiro, agosto. 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. terceira edição. Rio de Janeiro, 2011.

BORGER, Fernanda Gabriela. **Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade para a gestão Empresarial**. São Paulo: Ethos, 2013.

Disponível em: <<https://www3.ethos.org.br/cedoc/responsabilidade-social-empresarial-e-sustentabilidade-para-a-gestao-empresarial/#.Wf81RWhSzIV>>. Disponível em: 05 nov. 2017.

BRASIL. CNS. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 338, de 06 de maio de 2004. **Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica**. Diário oficial da União, Brasília, 20 mai. 2004. Seção I, nº 96.

_____. CONAMA, Resolução nº 8, de 6 de dezembro de 1990: **Publicada no DOU, de 28 de dezembro de 1990**, Seção 1, página 25539. 1990.

_____. Lei Federal n.6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 04 nov. 2017

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais n^{os}. 1/1002 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo 186/2008 e pelas

Emendas Constitucionais de **Revisão nº1 a 6/1994**. – 35 ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

_____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF.

BRASIL.Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Assuntos Administrativos. **SUS: a saúde do Brasil** / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Subsecretaria de Assuntos Administrativos. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_saude_brasil_3ed.pdf>. Acesso em: 23 out. 2017.

_____.Presidência da República: **Lei nº6.803, de 2 de Julho de 1980**. Brasília: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2008. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/> Acesso em: 04nov2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Avaliação de políticas públicas: **reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome**, v.1: Introdução e temas transversais -- Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

_____.Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Resolução nº 3, 28 de junho de 1990. Dispõe sobre padrões de qualidade do ar, previstos no PRONAR. 5. Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) Resolução nº 5, 15 de junho de 1989. Dispõe sobre o Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar - PRONAR.

BRASILINO, Théo. **Percepção ambiental à presença de associações e entidades comunitárias no Bairro da Ilha do Bispo, em João Pessoa-PB**. Universidade Estadual da Paraíba. UEPB. 2012.

CAPPELLIN, Paola; GIFFONI, Raquel, (2007). **As empresas em sociedades contemporâneas: a responsabilidade no Norte e no Sul**. Caderno CRH, Salvador, v.20, n.51, p.419-434

CARROL, A.B., 1979 . **A Three dimensional conceptual model of corporate performance**. *Academy of Management Review* (pre-1986); Oct 1979; 4, 000004; ABI/INFORM.

CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (orgs.) **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

CARLOS NETO, Daniel; DENDASCK, Carla; OLIVEIRA, Euzébio de. **A evolução histórica da Saúde Pública** – Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento- Vol. 1. Ano. 1. Março. 2016, pp : 52-67 ISSN:2448-0959

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (**Artigo 25, parágrafo 1**) disponível em:<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-garante-igualdade-social>. Acesso em: 22 out. 2017

ETHOS, Instituto. Responsabilidade Social das Empresas: **a contribuição das Universidades**, volume 5. Pág. 17. Peirópolis. São Paulo, 2006. Disponível em: <https://books.google.com.br/>. Acesso em: 04 nov. 2017.

FERRARI, M. A. M. C.; MOREIRA, M. R.; VALDERRAMAS, Z. L. **Manual de elaboração e normalização de trabalhos de conclusão de curso – TCC**: segundo as normas ABNT e Vancouver. São Paulo: Biblioteca 24horas, 2015.

FERNANDES, Rubem César. **O que é terceiro setor?** In: IOSCHPE, Evelyn et al. 3º Setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FOCO, GESTÃO. **Sustentabilidade no Serviço Público**. (1ª, 2ª, 3ª e 4ª Partes). Disponível em: TVCâmara.Programas.https://www.youtube.com/watch?v=zcPbdMk0wQ8&ab_chnnel. Acesso em: 11 nov. 2017.

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA, CEPAM; Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Instituto de Economia. **Construindo o diagnóstico municipal**: uma metodologia. Coordenação de Anselmo Luis dos Santos e Fátima Fernandes de Araújo. São Paulo, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDEMBERG, J.; BARBOSA, L. M. **A legislação ambiental no Brasil e em São Paulo**. Revista Eco 21, Rio de Janeiro, n.96, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=954>> . Acesso em: 04 nov. 2017..

GUTIERRES, Henrique Elias Pessoa; SASSI, R. **A gestão ambiental em empresas de mineração e a aceitabilidade das comunidades**. In: X ENANPEGE - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2013, Campinas - SP. Anais do X ENANPEGE - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2013.

HOGAN, D. J. População e Meio Ambiente: **a emergência de um novo campo de estudos**. In: HOGAN D. J. (Org.) Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - **IBAMA**. Histórico. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/acesso-a-informacao/historico>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

INSTITUTO DE ENERGIA E MEIO AMBIENTE. **1º Diagnóstico da rede de monitoramento da qualidade do ar no Brasil**- São Paulo. 2014. 5Mb ; PDF. Disponível em [http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80060/Diagnostico Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80060/Diagnostico%20Rede%20de%20Monitoramento%20da%20Qualidade%20do%20Ar.pdf). Acesso em: 04 nov. 2017.

INTERCEMENT. **Relatório de atividades**. 2016. Disponível em: [http://www.intercement.com/files/pdf/portugues-br/Instituto-InterCement Relatorio-de 2016](http://www.intercement.com/files/pdf/portugues-br/Instituto-InterCement%20Relatorio-de%202016). Acesso em: 12 out. 2017.

_____. Ciclo de Coprocessamento. Acessível em Google earth. www.google.com.br/maps. Acessado em 15/10/2017.

KARKOTLI, Gilson; ARAGÃO, Sueli Duarte. **Responsabilidade Social – uma contribuição à gestão transformadora das organizações**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

MACHADO FILHO, Cláudio Antonio Pinheiro. **Responsabilidade Social Corporativa e a Criação de Valor para as Organizações**: Um Estudo Multicasos. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - Departamento de Administração, São Paulo, 2002.

MARÍN N, Luiza VL, Osório-de-Castro CGS, Machado-dos-Santos S. **Assistência farmacêutica para gerentes municipais**. Organizado por Nelly Marínet al.. Rio de Janeiro: Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial da Saúde; 2003.

MATTAR, H., Os Novos **Desafios da Responsabilidade Social Empresarial**, Ethos, São Paulo, 2001.

MEIRELLES, H. L. M. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1990.

MELO NETO, Francisco Paulo de. Responsabilidade social e cidadania empresarial: **a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MENDES, G.; TACHIZAWA, T. **Como fazer monografia na prática**. 12. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

OLIVEIRA, Luis Martins de. et al. Manual de Contabilidade Tributária. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004, 446 p. Elaboração de relatórios de sustentabilidade para EFPCs Guia Completo Abrapp sobre transparência e prestação de contas para o setor de Previdência Complementar Fechado

PORTUGAL, Gil. **A poluição do ar**. Disponível em [www.gpca.com.br/gil/art82. htm](http://www.gpca.com.br/gil/art82.htm)>. acesso em: 17agosto de 2017.

PRAD – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas: **Minas da Graça, Riacho do Poente e Sampaio**. CCB – Cimpor Cimentos do Brasil Ltda. Prominer Projetos Ltda, 2010.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**.19.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2001. p.10)

SILVA, J. A. **Direito ambiental constitucional** .2. ed. rev. São Paulo: Malheiros, 1995. <

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

VIOLA, Eduardo.O movimento ambientalista (1971-1991): **da denúncia a conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável**. In: Ecologia,ciência e política. (Org.M.Goldemberg). rio de Janeiro:Revan,1991. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Viola.pdf>>. Acesso em: 04 nov.2017.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário de Pesquisa 1 – Fábrica InterCement

Apêndice B – Questionário de Pesquisa 2 –Secretaria de Saúde de João Pessoa-PB.

Apêndice C – Questionário de Pesquisa 3 – Órgãos e ONG´s

Apêndice D – Procedimentos da coleta de dados

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA
DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ORIENTADORA: Profa Dra. JOSENEIDE SOUZA PESSOA

QUESTIONÁRIO – INTERCEMENT

Esta entrevista visa analisar as implicações da poluição ambiental provocada pela Indústria Intercement do Brasil, junto ao Bairro da Ilha do Bispo em João Pessoa/PB, e as respostas oferecidas, pela empresa, por meio de Projetos de Responsabilidade Socioambiental Empresarial. Sob a responsabilidade do Estudante Edilson Bernardo da Silva, Matrícula 114.00649 do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da UFPB, com efeito puramente acadêmico.

O questionário abrange 18 perguntas de múltipla escolha, organizadas de forma simples e de fácil reporte.

É importante esclarecer que as respostas devem ser dadas quanto ao desempenho observado a partir do mês de janeiro de 2015 a dezembro de 2016.

Estou à disposição para esclarecer qualquer dúvida através do contato: (83) 987872453 (whatsapp); 32337892 residencial, e-mail: Edilson.bernardo@yahoo.com.br – edbernasil@gmail.com.

Agradeço o apoio!

1. A Empresa possui órgão/setor/programa ou projeto de Responsabilidade Social Empresarial?

☐ Sim

☐ Não

2. A empresa Inclui a responsabilidade social empresarial como parte da políticas de sustentabilidade e desenvolvimento econômico

☐ Sim

☐ não

3. O principal gestor de responsabilidade socioambiental da empresa responde diretamente a qual nível hierárquico? (Resposta única):

Resposta: _____

4. O planejamento da empresa leva em consideração ações de Responsabilidade Socioambiental?

☐ Sim

☐ Não

4.1 – Que tipos de ações de Responsabilidade Socioambiental?

5. Assinale os compromissos ou iniciativas voluntárias assumidas pela empresa para a gestão de seu desempenho socioambiental: (Múltipla escolha)

☐ Associada da CEBDS- Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

☐ Associada do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

☐ Associada do Instituto Ethos- **Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social**

☐ CarbonDisclosure Project (CDP)

☐ Metas do Milênio

☐ Pacto Global das Nações Unidas

☐ Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo

☐ Participam do Índice Carbono Eficiente (ICO2) da Bovespa

☐ Princípios do Equador

- ☐ Princípios para Investimento Responsável (PRI)
- ☐ Princípios para Sustentabilidade em Seguros
- ☐ Protocolo Verde
- ☐ Seguem as diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)
- ☐ Segue os princípios da OIT- Organização Internacional do Trabalho
- ☐ Sustainable Stock Exchanges
- ☐ Outros: _____

6. A empresa publica relatório de sustentabilidade, balanço social ou documento similar para divulgar seu desempenho social, ambiental e econômico? (Múltipla escolha)

- ☐ Sim, publica relatório segundo as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI).
- ☐ Sim, publica relatório segundo as diretrizes do Instituto Ethos.
- ☐ Sim, publica relatório segundo as diretrizes do IBase.
- ☐ Sim, utiliza metodologia própria ou outros modelos externos não mencionados.
- ☐ Não.
- ☐ Ainda não publica relatório de sustentabilidade ou balanço social, mas pretende publicar .

7. A empresa possui mecanismos estruturados de diálogo¹ com seu público de interesse (stakeholders), em particular com as instituições do primeiro, segundo e terceiro setores, que atuam no Bairro da Ilha do Bispo em João Pessoa-PB?, em relação Às ações/projetos de responsabilidade social empresarial?

(Resposta Sim :.

Quais? _____

☐ Não

8. Possui programa de voluntariado com seus colaboradores? (Resposta única)

☐ Sim

☐ Não

9. Indique as ações utilizadas pela empresa para abordar questões éticas relacionados à responsabilidade ambiental, em sua forma de atuação: (Múltipla escolha)

☐ Possuem códigos de ética ou conduta disseminados na empresa

☐ Possuem sistema estruturado de gestão da ética

☐ Possuem estruturas na empresa responsáveis pela gestão da ética

☐ Possuem ²canais formais para recebimento de denúncia em relação a violações éticas

☐ Possuem políticas específicas de treinamento para a questão

☐ Possuem outras ações não relatadas

☐ Não possuem ações para abordar tema

10. Utiliza critérios discutidos, divulgados e acessíveis de responsabilidade socioambiental para escolha de seus fornecedores?

☐ Sim

☐ Não

11. Conduz programas de promoção e enraizamento da responsabilidade social ambiental, junto a seus fornecedores, parceiros, instituições públicas, instituições privadas?

☐ Sim

☐ Não

12. Nos últimos três anos, ocorreram autuações por infringir legislações ambientais causados por operações da empresa ou na cadeia produtiva?

☐ Sim

☐ Não

13. Assinale as iniciativas tomadas pela empresa para minimizar o impacto ambiental gerado por sua atuação: (Múltipla escolha)

☐ Redução, reutilização e reciclagem de recursos

☐ Uso de fonte de energia renovável

☐ Aumento da eficiência energética

☐ Redução do consumo de água

☐ Redução da geração de resíduos sólidos

☐ Redução da geração de efluentes líquidos

☐ Controle e redução da emissão de materiais poluidores provocados pela queima de material, provocando fumaça tóxica.

☐ Outros: _____

14. Quanto foi investido (R\$) pela empresa para melhoria de seu impacto ou promoção e/ou criação de ações de responsabilidade social ambiental dirigidas às pessoas que residem no Bairro da Ilha do Bispo, em João Pessoa, no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2016.

Resposta: _____

15. Possui iniciativas para desenvolvimento da comunidade local?

☐ Sim

☐ Não

16. Monitora e mensura o impacto gerado na comunidade?

☐ Sim

☐ não

17. Realiza investimento social privado?

☐ Sim

☐ não

18. Desenvolve ações de conscientização sobre meio ambiente com colaboradores?

☐ Sim

☐ Não

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA
DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ORIENTADORA: Profa Dra. JOSENEIDE SOUZA PESSOA

QUESTIONÁRIO– SECRETARIA DE SAÚDE

Esta entrevista visa analisar as implicações da poluição ambiental provocada pela Indústria Intercement do Brasil, junto ao Bairro da Ilha do Bispo em João Pessoa/PB, e as respostas oferecidas, pela empresa, por meio de Projetos de Responsabilidade Socioambiental Empresarial. Sob a responsabilidade do Estudante Edilson Bernardo da Silva, Matrícula 114.00649 do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da UFPB, com efeito puramente acadêmico.

O questionário abrange 12 perguntas de múltipla escolha, organizadas de forma simples e de fácil reporte.

É importante esclarecer que as respostas devem ser dadas quanto ao desempenho observado a partir do mês de janeiro de 2015 a dezembro de 2016.

Estou à disposição para esclarecer qualquer dúvida através do contato: (83) 987872453 (whatsapp); 32337892 residencial, e-mail: Edilson.bernardo@yahoo.com.br – edbernasil@gmail.com.

Agradeço o apoio!

ÓRGÃO:_____

ENDEREÇO:_____

1. Quantas pessoas foram afetadas por poluição do ar, no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2016, no Bairro da Ilha do Bispo, em João Pessoa-PB?

Resposta:_____.

2. Com que frequência as pessoas que residentes no Bairro da Ilha do Bispo procuram o órgão de saúde apresentando problemas respiratórios, em decorrência de poluição ambiental (do ar)?
- () 1 a 3 vezes no ano () 4 a 6 vezes no ano () acima de 6 vezes no ano.
3. Qual a estação do ano que mais as pessoas procuram o serviço de saúde local por problemas respiratórios provocados por poluição ambiental (do ar)?
- () Inverno () Verão () outono () primavera
4. Quais os sintomas de problemas respiratórios ocasionados por poluição ambiental (do ar) apresentam as pessoas que residem na Ilha do Bispo, conforme especificidade abaixo, múltipla escolha:
- () tosse com expectoração (catarro) () com sangue;
- () chiado no peito, dificuldade na respiração e algumas vezes febre;
- () dor de cabeça, congestão nasal e coriza;
- () Respiração dolorosa e falta de ar;
- () falta de apetite, perda de peso e fraqueza;
- () outras.Quais:_____.
5. Qual o tempo de duração, em média das crises provocadas por problemas respiratórios e alérgicos nas pessoas atendidas decorrentes de poluição ambiental (do ar), no Bairro da Ilha do Bispo?
- () 1 a 3 dias () 4 a 5 dias () mais de 5 dias
6. É possível identificar a taxa de retorno, em percentual, das pessoas atendidas por problemas respiratórios, provocados por poluição ambiental (do ar)?
- () 10% () 15% () 20% () superior a 20%
7. Quais as principais patologias diagnosticadas pelos médicos, no que se refere a contaminação por poluição ambiental (do ar)no bairro da Ilha do Bispo em João Pessoa-PB? múltipla escolha.
- () asma() bronquite() enfisema pulmonar () sinusite () rinite
- () tuberculose () pneumonia .
8. Quais os agentes patológicos com maior incidência entre os pacientes que procuram a unidade de saúde local, com referência a doença respiratória provocadas por poluição ambiental (do ar)?
- () Alérgenos (causam irritação, alergia);
- () Agentes irritantes (queimor, cheiros fortes);
- () poluição do ar (poeira, material particulado, produtos químicos, fumaça);
- () alternância de climas;

- ()material genético.
9. Com relação ao gênero, qual a quantidade de pessoas que procuraram os serviços médicos com relação a problemas respiratórios, decorrente de poluição ambiental? No período estudado?
- () masculino, quantos?_____
- () feminino, quantos?_____
10. Qual a idade dos pacientes que mais procuram os serviços médicos locais com relação a problemas respiratórios provocados por poluição do ar? No período estudado?
- () de 0 a 12 anos () de 13 a 25 anos () 26 a 38 anos () 39 a 51 anos
- () 52 a 64 anos () acima de 65 anos.
11. Há registros de pacientes que foram encaminhados para internamentos em virtude de problemas respiratórios decorrentes de poluição ambiental (do ar) no período estudado?
- () sim, quanto?_____
- () não.
12. Existem algumas fontes poluidoras que podem provocar problemas respiratórios nas pessoas residentes na ilha do Bispo, em João Pessoa-PB?
- () sim, qual_____
- () não
- a. Sabe informar se existe algum programa e/ou projeto de Responsabilidade Social Ambiental, dirigido as pessoas que residem no Bairro da Ilha do Bispo?
- () Sim, quem realiza?_____

APÊNDICE C

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA
DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ORIENTADORA: Profa Dra. JOSENEIDE SOUZA PESSOA

Esta entrevista visa analisar as implicações da poluição ambiental provocada pela Indústria Intercement do Brasil, junto ao Bairro da Ilha do Bispo em João Pessoa/PB, e as respostas oferecidas, pela empresa, por meio de Projetos de Responsabilidade Socioambiental Empresarial. Sob a responsabilidade do Estudante Edilson Bernardo da Silva, Matrícula 114.00649 do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da UFPB, com efeito puramente acadêmico.

É importante esclarecer que as respostas devem ser dadas quanto ao desempenho observado a partir de 2015 a 2016.

Estou à disposição para esclarecer qualquer dúvida através do contato: (83) 987872453 (whatsapp); 32337892 residencial, e-mail: Edilson.bernardo@yahoo.com.br – edbernasil@gmail.com.

Agradeço o apoio!

QUESTIONÁRIO

- 1) A organização tem algum projeto de Responsabilidade Social e Ambiental, atualmente implementado em parceria com outras instituições não governamentais ou de poderes públicos que visam equacionar o problema ocasionado pela poluição do ar produzida pela Fábrica InterCement?

() Sim

() não.

Caso a resposta seja sim, quais os projetos e quais os entes? _____

- 2) A organização tem conhecimento de quantas pessoas foram afetadas por poluição atmosférica produzida pela fábrica intercement e tiveram problemas de saúde em decorrência desta poluição o período de 2015 a 2016?

() Sim

() não.

Se sim, quantas pessoas?_____.

- 3) A presença da fábrica intercement na Ilha do Bispo traz algum benefício para população da comunidade vizinha?

() Sim

() não.

Se sim, qual o benefício?_____.

- 4) A instituição conhece alguma iniciativa da fábrica de cimento intercement, para reduzir os danos ambientais, de saúde e da qualidade de vida,provocados pelas atividades de mineração e industrial do cimento?

() Sim

() não.

Se sim, qual a iniciativa?_____.

- 5) () A Instituição considera a fábrica de cimento intercement social e ambientalmente responsável?

() Sim

() não.

Se sim, qual o por quê?_____.

- 6) A organização tem conhecimento da extensão dos danos sociais, ambientais e de saúde provocados pela fábrica de cimento intercement no bairro da ilha do Bispo?

() Sim

() não.

- 7) A organização sabe diferenciar filantropia e responsabilidade Social Empresarial e ambiental?

() Sim

() não.

Se Sim, em qual situação de encaixa a InterCement

Brasil?_____.

- 8) A organização tem conhecimento se a InterCement, faz a gestão ambiental, incluindo em seu processo: Identificação de riscos, plano de ação, alocação de recursos, treinamento de empregados e auditoria.

() Sim

() não.

9) Nos projetos de responsabilidade social empresarial e ambiente apresentados pela InterCement, em parceria com esta organização constam os vetores Comunidade e Meio ambiente?

() Sim

() não

10) A Organização já fez parceria com o Instituto InterCement, na área projetos de responsabilidade social empresarial e ambiental durante o período de 2015 a 2016?

Se, Sim, qual a temática? _____

Quais os objetivos? _____

Qual a quantidade de beneficiários diretos _____

Qual a quantidade de beneficiários indiretos _____

Qual o valor investido? _____

APÊNDICE D

PROCEDMIENTOSO DA COLETA DE DADOS

O questionário A foi encaminhado para Indústria InterCement S.A, que o recebeu através do Ofício nº 012/2017, anexo “A”, subscrito pela Coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, que encaminhou o pesquisador para realizar a referida pesquisa. Porém a InterCement informou, através de ligação telefônica, que havia a necessidade de encaminhar o questionário a vários técnicos de áreas diferentes, não sendo viável a execução de uma entrevista.

Sendo assim, a empresa realizou a análise da pesquisa e nos enviou o questionário com as respostas suscitadas, onde foi feita a análise exposta no capítulo referente aos resultados.

Com o objetivo de levantar, conforme os dados existentes, quantas pessoas foram afetadas por problemas de saúde, quais os sintomas, os agentes patológicos e quais as doenças ocasionadas pela poluição do ar, no período de 2015 a 2016, no Bairro da Ilha do Bispo, identificando o perfil das pessoas que se socorrem dos equipamentos de saúde públicas existentes no referido bairro, foi encaminhado o Ofício nº 013/2017, anexo “B”, subscrito pela Coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, encaminhado o pesquisador, ao Secretário de Saúde do Município de João Pessoa, munido com o instrumento de entrevista, tendo este ofício sido recebido no dia 05 de setembro de 2017, e encaminhado à Diretoria de Gestão do Trabalho em Saúde, sendo convertido em processo nº 16.131/2017.

Ocorre que no dia 12 de setembro do corrente ano, a Secretaria de Saúde, através de mensagem de e-mail, informou que deveria ser enviada uma cópia xerográfica do projeto de pesquisa e também, uma cópia digital via email, para o endereço: gesjp@yahoo.com.br, aos cuidados da Diretoria de Gestão do Trabalho em Saúde, que necessitava de realizar uma análise mais apurada com relação ao pedido formulado, tendo sido providenciada as exigências cabíveis.

No dia 27 de setembro do fluente ano, ocorreu uma reunião com a Gerente da Educação na Saúde da Prefeitura de João Pessoa, cuja pauta se tratava de esclarecimentos acerca da necessidade de se submeter o projeto de pesquisa, ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFPB, tendo sido explicitado que a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, emitida pelo Conselho Nacional de Saúde, em sua 240ª Reunião Ordinária, realizada nos dias

11 e 12 de dezembro de 2012, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, definiu que a submissão de pesquisas aos Comitês de ética em Saúde, se refere a projetos de pesquisa envolvendo seres humanos e não a órgãos públicos, pois estes últimos são pessoas jurídicas e não físicas.

Após os esclarecimentos, a Gerência de Educação em Saúde, encaminhou o projeto para o Distrito Sanitário IV, órgão responsável pelas ações de saúde na Ilha do Bispo, através de um documento de apresentação, anexo “C”.

Chegando ao Distrito Sanitário IV, a Diretora Técnica, recebeu o encaminhamento e após realizar uma análise no projeto de pesquisa, confeccionou um documento intitulado “liberação de pesquisa”, anexo “D” para apresentação na Unidade de Saúde da Família - USF, localizado no Bairro da Ilha do Bispo.

No dia 29 de setembro do corrente ano, foi entregue a liberação de pesquisa na Unidade de Saúde da Família da Ilha do Bispo, sendo recebido pela Gerente da USF da Ilha do Bispo, que informou que não poderia ser entrevistada, pois a USF, não dispunha de um setor específico para catalogar, estatisticamente, os dados solicitados na pesquisa e que iria se reunir com os médicos e enfermeiras da Unidade para responder as perguntas, e que precisaria de um tempo razoável, pois os médicos e enfermeiras trabalham no regime de plantão e não estavam todos trabalhando no mesmo dia.

No dia 04 de outubro do corrente ano, foram entregues os formulários de entrevistas preenchidos, tanto pela InterCement, quanto pela Gerente da USF da Ilha do Bispo.

Por sugestão da professora orientadora desta monografia, foi desenvolvido um questionário, apêndice “C”, a ser aplicados nas instituições públicas e do terceiro setor, com atuação no Bairro da Ilha do Bispo, em João Pessoa, espaço amostral da pesquisa, a fim de evidenciar as participações destes entes, com as narrativas referentes às parcerias informadas pela fábrica InterCement, em prol da população residente no Bairro da Ilha do Bispo.

Para tanto, listamos os seguintes organismos: Rede Socioambiental da Ilha do Bispo; Associação Comunitária Índio Piragibe; Centro de Referência e Assistência Social - CRAS; Centro de Referência em Educação Infantil - CREI, Maria José de Miranda Burity e a Associação Recreativa Cultural e Artística (ARCA), sendo confeccionados os ofícios subscritos Coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, da UFPB, encaminhando o pesquisador para realizar pesquisa de campo.

No dia 24 de outubro do corrente ano, iniciou-se o périplo para realizar as entrevistas propostas, tendo sido seguido o seguinte roteiro:

Munido do Ofício nº 031/2017-CSTGP/CCSA anexo “F”, foi realizada uma visita a Associação Comunitária Índio Piragibe, entretanto, a referida estava fechada, e conforme informação colhida no local teria sido realizada novas eleições para a renovação da Presidência da Associação, e o Presidente eleito, ainda não havia feito a abertura da referida associação.

Diante do exposto, houve o deslocamento para o Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, da Ilha do Bispo, munido do Ofício nº 032/2017-CSTGP/CCSA, anexo “G”, sendo recepcionado pela Psicóloga, que informou que iria analisar as questões suscitadas e informaria via telefone, o resultado.

Ato contínuo foi realizado o deslocamento ao Centro de Referência em Educação Infantil - CREI, Maria José de Miranda Burity, no bairro da Ilha do Bispo I, sendo recebido pela Secretária Escolar, que informou que não poderia ser entrevistada, mas iria ficar com o formulário elaborado e apresentaria a Diretora do CREI, para exame e posterior decisão.

Ainda no CREI, foi informado o número do telefone celular do Presidente eleito da Associação Índio Piragibe, sendo mantido contato com o referido Presidente que se deslocou ao CREI, daquele bairro, onde foi feito a entrega do Ofício nº 013/2017-CSTGP/CCSA, anexo “F”, sendo realizada a entrevista no próprio CREI, já que a sede da Associação, segundo o Presidente, não estava em condições de ser aberta ao público, em virtude de que a diretoria anterior, que perdeu a eleição, deixou a sede da associação sem quaisquer condições de funcionamento.

Por volta das 14h, do mesmo dia (24/10/2017), a Secretária Escolar, do CREI, informando que o formulário de entrevista já devidamente preenchido pela Diretora do CREI.

Ainda no dia 24/10/2017, foi realizada uma visita a ONG ARCA, munido do Ofício nº 030/2017-CSTGP/CCSA, anexo “E”, sendo recebido pela Secretária da ONG, informando que iria encaminhar o expediente ao Coordenador Executivo, pois o referido não se encontrava presente, e após a decisão do coordenador, comunicaria o resultado.

No dia 31/10/2017, recebi uma ligação telefônica do Coordenador da ONG ARCA, informando que estava em um curso de formação e que só poderia entregar o formulário de entrevista na segunda-feira, dia 06/11/2017.

Continuando, no dia 26/10/2017, ao manter contato com a Coordenadora do CRAS, da Ilha do Bispo, via telefone, para saber sobre o agendamento da entrevista, esta informou que seria necessária a confecção de um Ofício endereçado ao Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Social, da Prefeitura Municipal de João Pessoa, a fim de que fosse autorizado, pela referida autoridade, a entrevista solicitada.

Assim, foi confeccionado o Ofício nº 035/2017-CSTGP/CCSA, anexo “I, sendo entregue no protocolo geral da Prefeitura de João Pessoa-PB, no dia 27/10/2017, solicitando o encaminhamento do formulário de entrevista ao CRAS da Ilha do Bispo, local onde se dá a presente pesquisa.

No dia 01/11/2017, a Diretoria da Assistência Social – DAS, da Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB, solicitou esclarecimentos sobre a pesquisa, sendo respondidas todas questões suscitadas, originando uma autorização para pesquisa Anexo J, endereçado ao CRAS da Ilha do Bispo. No mesmo dia foi entregue a autorização no CRAS, porém, a Coordenadora não estava no local, sendo a entrevista agendada para o dia 02/11/2017 (sexta-feira). Ao chegar ao CRAS no dia 02/11/2017, o formulário de entrevista já estava devidamente preenchido e foi entregue.

No dia 06/11/2017, o Coordenador Executivo, da ONG ARCA, informou através de telefone que o formulário de entrevista estava devidamente preenchido, porém, não poderia atender a entrevista pessoal, em virtude de estar imbuído em atividades externas previamente agendadas para a semana que se iniciava.

Com relação à Rede Socioambiental amiga da Ilha do Bispo, esta não existe juridicamente, mas é formada por todas as entidades públicas, privadas e não governamentais.

Estas se reúnem esporadicamente, para tratar de assuntos congêneres e traçarem sistemática de atuação em conjunto, referentes a assuntos atinentes ao Bairro da Ilha do Bispo.

Desta forma, não foi possível localizar um representante para responder a entrevista, até porque, as instituições que compõem a Rede Socioambiental, são as mesmas selecionadas para as entrevistas.

ANEXOS

Anexo A – Ofício nº 012 – emitido para a InterCement

Anexo B – Ofício nº 013 – emitido para a Secretaria de Saúde de João Pessoa-PB

Anexo C – Processo nº 16.131/2017 – emitido para Distrito Sanitário IV

Anexo D – Liberação de Pesquisa – emitido para a USF do Distrito Iv, Bairro da Ilha do Bispo.

Anexo E – Ofício nº 030 – emitido para a Associação ARCA

Anexo F – Ofício nº 031 – emitido para a Associação Comunitária Índio Piragibe

Anexo G – Ofício nº 032 – emitido para CRAS Ilha do Bispo

Anexo H – Ofício nº 033 – emitido para o CREI Ilha do Bispo

Anexo I – Ofício nº 035 – emitido para a Secretaria de Desenvolvimento Social

Anexo J – Autorização para pesquisa – emitido pela Diretoria da Assistência Social.



ANEXO "A"

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

Ofício nº 012/2017

João Pessoa, 21 de agosto de 2017

Para: Diretor Executivo da Intercement Brasil S.A.

Senhor Diretor,

Apraz-me cumprimentá-lo, momento em que, apresento o discente **Edilson Bernardo da Silva**, matrícula nº **11400649**, do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública desta Instituição, que estar realizando uma pesquisa científica através de artigo acadêmico, com o tema **Poluição ambiental e responsabilidade social: um estudo sobre a Intercement do Brasil S.A. junto a população da Ilha do Bispo, em João Pessoa-PB.**

Para tanto, solicito a Vossa Senhoria que seja designado um representante desta empresa, a fim de responder o questionário, que segue apensado ao presente, como forma de colher dados a ser analisado no estudo, cujo questionário teve como base o desenvolvido pela Abrapp, por meio de sua Comissão Técnica Nacional de Sustentabilidade, que avalia as Empresas Participadas pelos Fundos de Pensão quanto ao seu desempenho econômico, social, ambiental e de governança, com algumas modificações para abranger o objetivo que este estudo pretende.

O questionário abrange 22 perguntas de múltipla escolha, organizadas de forma simples e de fácil reporte. É importante esclarecer que as respostas devem ser dadas quanto ao desempenho observado a partir do mês de janeiro de 2015 à dezembro de 2016.

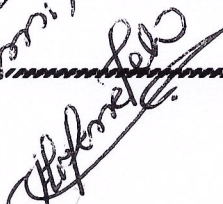
O referido discente se põe à disposição para esclarecer qualquer dúvida, através do contato: (83) 98787-2453 (whatsapp), 3233-7892 (residencial) e endereço eletrônico: edilson.bernardo@yahoo.com.br ou edbernasil@gmail.com.

Atenciosamente,


Prof.ª Joseneide Souza Pessoa

Coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS DA UFPB - CAMPUS I
JOÃO PESSOA - PB - CEP 58.059-900 - FONE: (083) 3216-7927

Recebido
em 13.09.17




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

Ofício nº 013/2017

Processo 16131

João Pessoa, 21 de agosto de 2017

Para: Drº. Adalberto Fulgêncio
Secretário de Saúde

Senhor Secretário,

Apraz-me cumprimentá-lo, momento em que, apresento o discente **Edilson Bernardo da Silva**, matrícula nº **11400649**, do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública desta Instituição, que estar realizando uma pesquisa científica através de artigo acadêmico, com o tema **Poluição ambiental e responsabilidade social: um estudo sobre a Intercement do Brasil S.A. junto a população da Ilha do Bispo, em João Pessoa-PB.**

Para tanto, solicito a Vossa Excelência, encaminhamento do graduando para o Distrito Sanitário IV, a fim de colher dados para fomentar o trabalho científico em alusão.

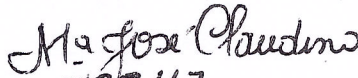
O referido discente se põe à disposição para esclarecer qualquer dúvida, através do contato: (83) 98787-2453 (whatsapp), 3233-7892 (residencial) e endereço eletrônico: edilson.bernardo@yahoo.com.br ou edbernasil@gmail.com.

Atenciosamente,


Prof.ª Joseneide Souza Pessoa

Joseneide Souza Pessoa
Coord. TGP/BGP-UFPB
MAT. 1378436

Coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública


05/09/17



ANEXO "C" II

Secretaria Municipal de Saúde

Diretoria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde

Gerência de Educação na Saúde – GES



João Pessoa, 27 setembro de 2017

Processo nº 16.131/2017

Da: GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO NA SAÚDE

Para: DISTRITO SANITÁRIO IV

ENCAMINHAMENTO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

A **Gerência de Educação na Saúde (GES)** encaminha o(a) pesquisador(a) **EDILSON BERNARDO DA SILVA**, para a realização da coleta de dados do projeto de pesquisa intitulado **"POLUIÇÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE A INTERCEMENT BRASIL S.A."**, a ser realizado neste serviço.

Informamos que o(a) pesquisador(a) deverá estar ciente de suas responsabilidades, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem estar dos sujeitos de pesquisa recrutados. Além disso, após a realização da pesquisa, deve ser dada uma devolutiva do resultado final nos locais em que foi realizada a coleta de dados.

Em tempo, solicita-se, também, a entrega de uma via digital da versão final da pesquisa na GES, a fim de subsidiar a biblioteca virtual desta gerência.

Sem mais, e visando o bom andamento das pesquisas na **Rede SUS** de João Pessoa, subscrevo-me.

Luiz Brito R. Ferreira
[Assinatura]

Daniela Pimentel
Gerente da Educação na Saúde



ANEXO "D"
Secretaria Municipal de Saúde
Diretoria de Gestão do Trabalho e
Educação na Saúde



LIBERAÇÃO DE PESQUISA

João Pessoa, 27 de Setembro de 2017.

DO DSIV

Vimos através deste, informar da **concordância deste serviço, referente à liberação de pesquisa PARA O PROJETO INTITULADO "POLUIÇÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE: UM ESTUDO SOBRE A INTERCEMENT BRASIL S.A,"** a ser desenvolvido pelo PESQUISADOR EDILSON BERNARDO DA SILVA, sob orientação de JOSENEIDE SOUZA PESSOA e assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nas USF do Distrito Sanitário IV.

P. Crispim de Queiroz
Camila S. Crispim de Queiroz
Diretora Técnica
Distrito Sanitário IV
Matr. 81.064-9

Distrito Sanitário IV
Direção Técnica



ANEXO "E"

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA
COORDENAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM
GESTÃO PÚBLICA**

Ofício nº 030/2017-CSTGP/CCSA

Em 20 de outubro de 2017

Ilmo. Senhor Geraldo
ARCA - Associação Recreativa Cultural e Artística

Senhor Presidente,

Apraz-me cumprimentá-lo, momento em que, remeto a Vossa Senhoria, em anexo, o projeto de artigo acadêmico apresentado pelo aluno **Edilson Bernardo da Silva**, matrícula nº **11400649**, do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba, que estar realizando uma pesquisa científica através de artigo acadêmico, com o tema Poluição Ambiental e Responsabilidade Social: um estudo sobre a Intercement do Brasil S.A. junto à população da Ilha do Bispo em João Pessoa-PB.

Para tanto, solicito a Vossa Senhoria emissão de certidão com parecer deste Comitê de Ética e Pesquisa.

O referido discente põe-se à disposição para esclarecer qualquer dúvida, através do contato: (83) 98787-2453 (whatsapp), (83) 3233-7892 (residencial) e endereço eletrônico: edilson.bernardo@yahoo.com.br ou edbernasil@gmail.com.

Sem mais, contamos com a sua compreensão e agradecemos pela atenção dispensada.

Atenciosamente,


Prof.ª Joseneide Souza Pessoa

Coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública



Joseneide Souza Pessoa
Coord. TGP/CCGP-UFPB
MAT. 1378436

Recebido 24/10/17
14:06
p/f/assessoria

AVENIO F"



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA
COORDENAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM
GESTÃO PÚBLICA

Ofício nº 031/2017-CSTGP/CCSA

Em 20 de outubro de 2017

Sr. Francisco da Natividade da Silva
Ilma. ~~Senhora Alba Maria Brandão Calça~~
Associação Comunitária Índio Piragibe

Senhora Presidenta,

Apraz-me cumprimentá-la, momento em que, remeto a Vossa Senhoria, em anexo, o projeto de artigo acadêmico apresentado pelo aluno **Edilson Bernardo da Silva**, matrícula nº **11400649**, do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba, que estar realizando uma pesquisa científica através de artigo acadêmico, com o tema Poluição Ambiental e Responsabilidade Social: um estudo sobre a Intercement do Brasil S.A. junto à população da Ilha do Bispo em João Pessoa-PB.

Para tanto, solicito a Vossa Senhoria emissão de certidão com parecer deste Comitê de Ética e Pesquisa.

O referido discente põe-se à disposição para esclarecer qualquer dúvida, através do contato: (83) 98787-2453 (whatsapp), (83) 3233-7892 (residencial) e endereço eletrônico: edilson.bernardo@yahoo.com.br ou edbernasil@gmail.com.

Sem mais, contamos com a sua compreensão e agradecemos pela atenção dispensada.

Atenciosamente,

Joseneide Souza Pessoa
Prof.^a Joseneide Souza Pessoa

Coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

[Assinatura]
RECEBIDO
24/10/2017





ANEXO: "G"

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA
COORDENAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM
GESTÃO PÚBLICA**

Ofício nº 032/2017-CSTGP/CCSA

Em 20 de outubro de 2017

Ilma. Senhora Michelle da Costa Santos Lima
Centro de Referência da Assistência Social

Senhora,

Apraz-me cumprimentá-la, momento em que, remeto a Vossa Senhoria, em anexo, o projeto de artigo acadêmico apresentado pelo aluno **Edilson Bernardo da Silva**, matrícula nº **11400649**, do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba, que estar realizando uma pesquisa científica através de artigo acadêmico, com o tema **Poluição Ambiental e Responsabilidade Social: um estudo sobre a Intercement do Brasil S.A. junto à população da Ilha do Bispo em João Pessoa-PB.**

Para tanto, solicito a Vossa Senhoria emissão de certidão com parecer deste Comitê de Ética e Pesquisa.

O referido discente põe-se à disposição para esclarecer qualquer dúvida, através do contato: (83) 98787-2453 (whatsapp), (83) 3233-7892 (residencial) e endereço eletrônico: edilson.bernardo@yahoo.com.br ou edbernasil@gmail.com.

Sem mais, contamos com a sua compreensão e agradecemos pela atenção dispensada.

Atenciosamente,

Recebido em 24/10/2017

Prof.ª Joseneide Souza Pessoa

Coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Coordenadora Betânia

98864.6637





ANEXO "H"

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA
COORDENAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM
GESTÃO PÚBLICA**

Ofício nº 033/2017-CSTGP/CCSA

Em 20 de outubro de 2017

Ilmo(a). Senhor(a)
Diretor(a) do CREI Maria José de Miranda Burity

Angelica Alexandre Goues

Senhor(a) Diretor(a),

Apraz-me cumprimentá-lo(a), momento em que, remeto a Vossa Senhoria, em anexo, o projeto de artigo acadêmico apresentado pelo aluno **Edilson Bernardo da Silva**, matrícula nº **11400649**, do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba, que está realizando uma pesquisa científica através de artigo acadêmico, com o tema **Poluição Ambiental e Responsabilidade Social: um estudo sobre a Intercement do Brasil S.A. junto à população da Ilha do Bispo em João Pessoa-PB**.

Para tanto, solicito a Vossa Senhoria emissão de certidão com parecer deste Comitê de Ética e Pesquisa.

O referido discente põe-se à disposição para esclarecer qualquer dúvida, através do contato: (83) 98787-2453 (whatsapp), (83) 3233-7892 (residencial) e endereço eletrônico: edilson.bernardo@yahoo.com.br ou edbernasil@gmail.com.

Sem mais, contamos com a sua compreensão e agradecemos pela atenção dispensada.

Atenciosamente,

[Assinatura]
Prof.ª Joseenilde Souza Pessoa

Coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública



[Assinatura]
Joseenilde Souza Pessoa
TGP/CCGP-UFPB
13784426

*Recebido
dia 24/10/17
Silvaneide*
...
Secretaria Federal
Mec. nº 095/0

98864.6514

ANEXO I



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA
COORDENAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM
GESTÃO PÚBLICA

Ofício nº 035/2017-CSTGP/CCSA

Em 26 de outubro de 2017

Ilmo. Senhor
Eduardo Jorge Rocha Pedrosa
Secretaria de Desenvolvimento Social

PROTOCOLO GEHAL - SEAD

RECEBIDO
EM 27/10/17

Ilmo. Senhor,

Apraz-me cumprimentá-lo, momento em que, remeto a Vossa Senhoria, em anexo, o projeto de artigo acadêmico apresentado pelo aluno **Edilson Bernardo da Silva**, matrícula nº **11400649**, do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba, que está realizando uma pesquisa científica através de artigo acadêmico, com o tema Poluição Ambiental e Responsabilidade Social: um estudo sobre a Intercement do Brasil S.A. junto à população da Ilha do Bispo em João Pessoa-PB.

Para tanto, solicito que o questionário de entrevista seja encaminhado ao CRAS da Ilha do Bispo, espaço amostral onde se dá o estudo acadêmico.

O referido discente põe-se à disposição para esclarecer qualquer dúvida, através do contato: (83) 98787-2453 (whatsapp), (83) 3233-7892 (residencial) e endereço eletrônico: edilson.bernardo@yahoo.com.br ou edbernasil@gmail.com.

Agradecemos o apoio e nos colocamos à disposição para mútuas e cordiais cooperações institucionais.

Atenciosamente,

Prof.ª Joseneide Souza Pessoa

Coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Joseneide Souza Pessoa
Coord. TGP/BGP-UFPB
MAT. 1378436

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS DA UFPB - CAMPUS I
JOÃO PESSOA - PB - CEP 58.059-900 - FONE: (083) 3216-7927

AMENDO J



PREFEITURA DE
**JOÃO
PESSOA**
PARA VIVER MELHOR

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDES
DIRETORIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - DAS**

AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Para: CRAS ILHA DO BISPO
Endereço: Travessa Lopo Garro, s/n
Coordenadora: Michelle Lima
Contato: 3214-5479

Encaminhamos o discente: **EDILSON BERNARDO DA SILVA** do curso de graduação de Tecnologia em Gestão Pública da UFPB, objetivando a realização de uma atividade acadêmica cujo tema versa sobre a Poluição Ambiental e a Responsabilidade Social: um estudo sobre a Intercement do Brasil S.A. junto aos serviços públicos dispostos no território da Ilha do Bispo. A atividade esta sob supervisão da Profª Drª Joseneide Souza Pessoa e será realizada mediante um questionário de entrevista semi-estruturada.

Renovamos os votos de estima e considerações.

João Pessoa, 01 de novembro de 2017

*Recebido em
01.11.17
França*

Atenciosamente,

Plm
Ana Carla Andrade Palmeira França
Diretora da Assistência Social

Ana Carla A. P. França
Reg. 253184
Diretora da Assistência Social
DAS / SEDES